



Da Cultura

Ano XXI – Nº 38 – Julho de 2022 – ISSN 1984-3690

Edição Especial

Independência
do Brasil 200 ANOS



VOCÊ SABIA QUE ...

- A Instituição da FUNCEB é que possibilitou a criação da Rádio Verde-Oliva?
- O Projeto Rondon foi restabelecido graças à iniciativa da FUNCEB, que o reconfigurou e o geriu por mais de 5 anos?
- O projeto Soldado Cidadão foi concebido e implantado pela FUNCEB?
- A nossa Fundação, com a cooperação do IPHAN, desenvolveu pesquisas que permitiram o levantamento das histórias de mais de 1.000 fortificações brasileiras, antes ignoradas?
- Esses estudos redundaram na produção de uma coleção de livros: “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, referência, em âmbito internacional, no campo editorial?
- A FUNCEB patrocina a “Banda Sinfônica do Exército”?
- A Fundação, planejou e realizou a restauração de inúmeras fortificações e monumentos, disseminados pelo território brasileiro, com recursos obtidos na iniciativa privada?
- A Fundação, durante o ano, concebe, organiza e desenvolve seminários e estudos voltados para o Patrimônio Cultural do Exército?
- A FUNCEB recebeu do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios comenda como reconhecimento da sua Gestão?
- A grande maioria dos colaboradores da Fundação não tem nenhuma retribuição financeira pelo trabalho realizado?
- Os articulistas da Revista DaCultura não recebem indenização financeira pelos textos produzidos?
- A FUNCEB precisa de você?

Synésio Scofano Fernandes

Diretor da Revista DaCultura



Editorial

Número Especial dos 200 anos da Independência

O Brasil é, realmente, uma obra maravilhosa de construção institucional, política, econômica e cultural.

A partir de alguns assentamentos litorâneos, aprofundou-se no desconhecido e, em tão pouco tempo, constituiu independente entidade continental com mais de 8.000.000 km².

Quantos problemas mutantes impostos pela diversidade fisiográfica, pelas necessidades econômicas, pelo florescimento cultural, pela transformação do cenário geopolítico.

No entanto, em pouco tempo, ocupamos o nosso espaço existencial. Decerto, com inúmeras carências, sonhos irrealizados, aperfeiçoamentos malsucedidos e perdidos.

Mas nossa bandeira está lá, sinal de nossa presença.

Respondemos aos mesmos mandamentos.

Falamos o mesmo idioma.

A partir de uma costa marítima espremida entre as ameaças vindas dos mares e os mistérios das terras dos brasis foi nascendo o Brasil.

Quanto sangue de nossos irmãos negros, índios, forasteiros, mulheres, homens esváido nessa construção!

Contrariedades superadas e recompostas.

Desse processo, o nosso querido Exército sempre participou, em todos os lugares. Não movido pela busca da supremacia ou do poder, mas por imposição teleológica.

Como dá orgulho ao soldado brasileiro ser lembrado, em uma instância, quando já foram esgotados todos os meios disponíveis para a superação de um grande problema que aflige o brasileiro, mesmo fora da sua área de atuação usual.

O Brasil e o nosso querido Exército são o mesmo ente.

Os nossos antepassados tiveram a sabedoria de preservar os traços centrais dessa preciosidade de construção política-institucional durante todo o processo de emancipação do Brasil de Portugal: integridade física-geográfica e unidade política.

O Brasil é único e grandioso.

O nosso querido Exército foi, é e sempre será um dos fatores essenciais dessa coesão.

Na sua parte inicial, este número da Revista DaCultura apresenta percepções sobre o processo de independência do nosso País, de personalidades que tiveram ou ainda têm algum tipo de relacionamento com a FUNCEB. São o atual presidente e alguns ex-presidentes da nossa Fundação, integrantes e ex-integrantes do seu Conselho de Curadores e ex-comandantes do Exército, incentivadores e apoiadores da instituição da FUNCEB.

Depois, oferece a seus leitores três estudos elaborados por destacadas figuras de seu refinado quadro de colaboradores que abordam temas, no contexto da Independência do Brasil, que descrevem a participação da Força Terrestre na construção do Patrimônio Cultural do nosso País – Prof. Arno Wehling, Prof. Mário Mendonça, Profª Cibèle Celestino e Prof. Adler Homero Fonseca de Castro.

Os professores Mário Mendonça e Cibèle Celestino fazem minuciosa análise da contribuição da Engenharia Militar no Brasil para a constituição de um sistema de educação sistemática da Engenharia em nosso País, examinando as estruturas dos cursos e os currículos. Um estudo inédito e profundo.

Em seguida, o Prof. Arno Wehling, membro da Academia Brasileira de Letras e ex-integrante do Conselho Técnico-Consultivo da FUNCEB, apresenta uma abordagem institucional do papel das forças terrestres na transição da independência política do Brasil.

Em continuação, o Prof. Adler, colaborador continuado de nossa Revista, oferece-nos um relato sobre os cenários político, econômico e militar que antecederam à independência do País, enfocando particularmente os acontecimentos de 2 de julho ocorridos na Bahia.

Por fim, o comandante dos Dragões da Independência, Tenente-Coronel Guilherme Santana Ebre, apresenta o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Organização Militar da Força Terrestre, com sede em Brasília, que zela pelas tradições relacionadas à emancipação política do Brasil.

Boa leitura!

Synésio Scofano Fernandes
Diretor da Revista DaCultura

REVISTA
Diretor
 Synésio Scafano Fernandes
Editor
 Fundação Cultural Exército Brasileiro
Redator-Chefe
 Paulo Roberto Rodrigues Teixeira
Colaborador
 Walter Nilton Pina Stoffel
Revisão
 Álvaro Luís Sarkis da Silva
 Susana de França
Assistentes de redação
 Édison Amancio
 Francisco Ferreira Machado
 Marcos Trajano de Souza
Editoração eletrônica
 Murillo Machado
 M. Esther M. Machado
Impressão
 Veloprint Gráfica

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

ACEITA-SE intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas uma lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e de endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro
 Palácio Duque de Caxias
 Praça Duque de Caxias
 Nº 25 - Centro
 Ala Marcílio Dias - 5º andar
 Rio de Janeiro - RJ
 CEP 20221-260
 Tel: 21 2519-5352
 Fax: 21 2519-5106
 E-mail: funceb@funceb.org.br
www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL
 Distribuição gratuita
 Tiragem: 9.000 exemplares

Sumário

PÁGINAS INICIAIS

05 - As Palavras do Presidente da FUNCEB

Carlos Monteiro.....

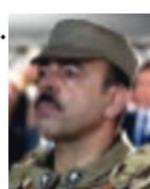


07 - Antônio Hamilton Martins Mourão.....

07- Francisco Roberto Albuquerque.....

08 - Enzo Martins Peri.....

08 - Richard Fernandez Nunes.....



ARTIGOS

09 - Independência

Flávio Correa.....



11 - 200 anos de Independência

Brasil, um país vulnerável



Roberto Duailibi.....

15 - Grito do Ipiranga

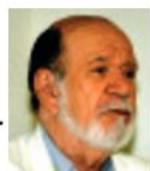
Marcos Arbaiteman.....

16 - A Engenharia na Bahia,

da Independência à República

Mário Mendonça de Oliveira

Cibèle Celestino Santiago.....



33 - As Forças Terrestres e os desafios

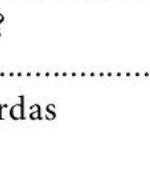
da Independência

Arno Wehling.....



44 - O 2 de julho, um feriado nacional?

Adler Homero Fonseca de Castro.....



59 - 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

“Dragões da Independência”

Guilherme Santana Ebre.....

AGRADECIMENTOS

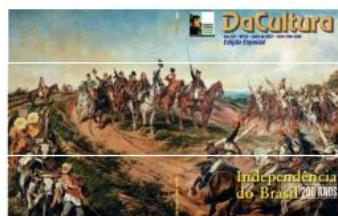
Ao Capitão de Fragata (T) Carlos André Lopes da Silva, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil (DPHDM), à Tenente-Coronel R1 Maristela da Silva Ferreira, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx) e ao historiador Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN), pelas fotografias e informações que enriqueceram nossa Revista DaCultura.

À Maria Esther de Magalhães Machado, designer gráfica, que não mediu esforços em nos ajudar, mostrando competência profissional e responsabilidade em nos servir.

À FHE/POUPEX, que nos concedeu os recursos financeiros para a viabilização desta edição.

“Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao Pai senão por mim.”

Mt 14;6



Nossa capa
 Tela de Pedro Américo
 “O Grito do Ipiranga”



FUNCEB

DISCURSO DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE

Carlos Monteiro

Os Fortes desempenharam relevante papel na história do Brasil. Desde o descobrimento até hoje, foram construídos pelo Brasil 1296 fortés, que tinham como objetivo a defesa de nosso território. Fomos atacados ou ameaçados pelos holandeses (Companhia das Índias), franceses, ingleses, espanhóis, corsários e piratas. Afora essas ameaças ou tentativas, eles continuaram importantes na Inconfidência Mineira e nas lutas do Brasil contra os Portugueses, para consolidar a Independência, que agora completa 200 anos.

Uma das missões da Fundação Cultural Exército Brasileiro, em estreita parceria com o Departamento de Educação e Cultura do Exército e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, é a de preservar e restaurar o que temos hoje, pois muitas dessas construções foram destruídas ou se deterioraram ao longo do tempo. Essa restauração é muito significativa para mostrar às novas gerações o legado que recebemos, pois se temos um país com dimensões continentais, devemos em grande parte a essas edificações e a seus ocupantes, que nos defenderam de tais ataques. Foram Brasileiros - brancos, índios, negros -, que desde então formaram a nossa população.

Enganam-se os que acham que o perigo terminou. Atualmente sofremos ameaças internas e externas, não apenas à nossa soberania, mas também - e o mais grave - às nossas riquezas e até à liberdade.

Se no passado os fortés foram relevantes, hoje precisamos ser “fortes” para combater os inimigos visíveis e invisíveis que nos ameaçam. Para sermos “fortes”, é necessária a restauração do legado dos antepassados, de seus valores como Patriotismo, Respeito à família, Liberdade e a “Ordem e Progresso”, inscritos em nossa Bandeira. A FUNCEB continuará a divulgar esses valores, mas essa é tarefa também de todos que detêm alguma parcela de responsabilidade.

General Tomás, quero lhe agradecer a sua hospitalidade no dia de hoje. Temos um sonho em comum: a construção do monumento da “Passagem da Ponte” que simboliza o ato heroico de Caxias, espada em punho, à frente da tropa, avançando sobre a ponte cercada de inimigos em 1868 na Batalha de Itororó, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a ser construído na Academia Militar das Agulhas Negras. Nessa batalha, Caxias lançou um apelo “Sigam-me os que forem brasileiros”, que deve ser lembrado por todos que comungam de seus ideais.

Na História do Exército, a Grandeza do Brasil.

Não será uma tarefa fácil, mas tenho a certeza de que, com a ajuda e colaboração de todos e a Proteção de Deus, a missão que hoje nos é confiada será cumprida.

Muito obrigado.

200 anos da Independência do Brasil



Foto: João Carlos Teodoro Damasceno

O tema principal desta edição especial são os 200 anos da Independência do Brasil.

No dia 7 de setembro de 1822, o Príncipe Dom Pedro, em viagem de regresso de São Paulo para a Corte, alcançou as margens do riacho do Ipiranga. Após tomar conhecimento das cartas das Cortes Portuguesas, as quais exigiam o seu retorno imediato para Portugal, desembainhou a sua espada e bradou o grito da Independência. A sua guarda de Dragões saudou Dom Pedro com eloquentes brados de apoio.

O Brasil tornava-se independente de Portugal.

A seguir, ao longo dos anos ocorreram revoltas e contestações, contra o novo regime. A história nos relata epi-

sódios onde se destacaram personagens que bravamente lutaram em defesa da manutenção do território brasileiro. Sem recursos financeiros, poucas armas e munições, com reduzido efetivo de soldados despreparados, nessas condições enfrentaram as guerras da independência.

Foram verdadeiros heróis. Mantiveram a integridade do nosso território, o que poderíamos qualificar como a grande conquista desses 200 anos, quando o Brasil se firmou como nação.

Apresentaremos, aos prezados leitores, textos que marcam o fato histórico do grito do Ipiranga, relatados por alguns dos nossos articulistas, que nos brindam com o requinte dessas palavras.

Relatos

"O conhecimento histórico ajuda na compreensão do homem enquanto ser que constrói seu tempo"

General de Exército
Antônio Hamilton Martins **Mourão**

Vice-Presidente da República, Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal.
Membro do Conselho de Curadores da FUNCEB
(2012-2014)



A celebração do Bicentenário da Independência do Brasil nos reconecta a diletos valores a toda nação democrática: soberania, liberdade, independência e patriotismo. Nossa história foi forjada por homens e mulheres fortes, bravos, destemidos, que foram à luta para hoje alcarmos nosso próprio voo e vivermos em uma nação dona de seus passos e decisora do próprio destino. Na história estão as raízes de nosso país e de nosso povo, as glórias e as cicatrizes que há 200 anos nos moldaram e levaram a um Brasil livre e próspero.

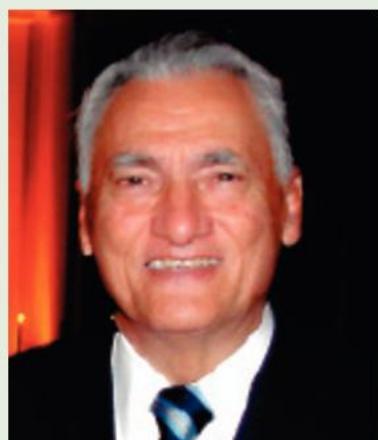
Somos um país jovem e complexo, repleto de oportunidades e desafios. Com a união de esforços das instituições públicas e privadas e da sociedade civil, imbuídas pelo espírito patriótico, perpetuaremos a caminhada que nossos antepassados ini-

ciaram e seguiremos rumo ao desenvolvimento econômico e social do Brasil; ao fortalecimento de nossa democracia; à integridade de nossa soberania e à preservação de nosso vasto território e suas riquezas naturais, estes cada vez mais reconhecidos e valorizados, nacional e internacionalmente, como povo, como República Federativa, como brasileiros.

Nossos jovens, condutores do futuro do Brasil, também possuem preponderante papel nesse contexto, quando olham o passado e se apropriam da bravura dos heróis brasileiros para continuarem lutando, agora com as armas que a democracia nos oferece, a fim de manter e aperfeiçoar as conquistas históricas e guiar o Brasil a seu manifesto destino de ser a maior e mais forte democracia liberal ao sul do Equador.

General de Exército
Francisco Roberto de Albuquerque

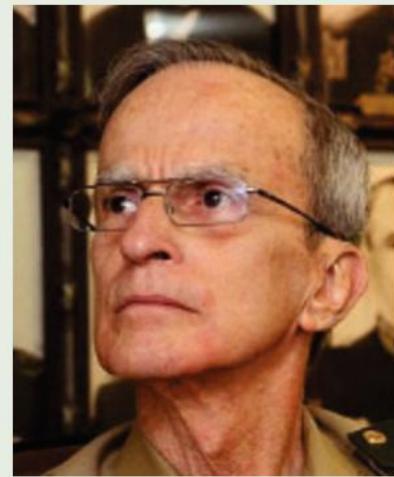
Comandante do Exército (2003-2007)
Personagem decisivo no processo de instituição da FUNCEB.



A celebração dos duzentos anos de nossa independência política merece profunda reflexão, com ensinamentos para o momento em que estamos vivendo. Tão importantes quanto o ato às margens do rio Ipiranga serão as futuras ações, visando à preservação da independência sob os aspectos político, econômico, psicosocial e histórico. Nesse contexto, devem-se enaltecer as ações do Exército, não somente na preservação do território e unidade Nacional como também na proteção de nossa sociedade contra doutrinações espúrias, que colocam em risco nossa liberdade.

General de Exército **Enzo** Martins Peri
Comandante do Exército (2007-2015)
Apoiador permanente da FUNCEB

Os 200 Anos de Independência do Brasil merecem uma reflexão. Somos um País fadado a alcançar posição de relevo no mundo. Temos tudo para isso. Fomos brindados com um povo de índole pacífica. Ocupamos posição de destaque com a exportação de recursos minerais e com a produção agrícola. A Indústria Nacional é referência em diversificados setores. Nesse momento, precisamos ter sabedoria para prosseguir com determinação, sem perder a serenidade que nos fez servir de exemplo a outros povos em recentes missões da ONU.



General de Exército
Richard Fernandez Nunes
Comandante Militar do Nordeste
Membro do Conselho de Curadores da FUNCEB
(2019-2022)



Ao celebrarmos o bicentenário de nossa Independência, há de se reconhecer o esforço de todos aqueles cujas vozes ecoaram no Grito do Ipiranga. Como Comandante Militar do Nordeste, destaco os heróis de Guararapes, precursores da Pátria brasileira; os emancipacionistas da Conjuração Baiana e da Revolução Pernambucana; e os combatentes da Bahia e do Piauí que, em Pirajá e Jenipapo, lutaram por nossa Independência. É tempo, também, de exaltar os antepassados que, a despeito dos inúmeros desafios enfrentados nestes duzentos anos de história, nos legaram este imenso País e uma civilização sem igual. E de expressar a confiança de que a atual e as futuras gerações saberão mantê-lo livre, íntegro, soberano e pacífico, e de que não medirão esforços para torná-lo ainda mais desenvolvido, justo e feliz.

PÁTRIA! BRASIL!



O Exército Brasileiro na Independência do Brasil 200 anos

Extraído da obra de Pedro Américo "Independência ou Morte", 1888

Independência

Flavio Correa

Presidente do Conselho de
Curadores da FUNCEB



Laurentino Gomes, em seu excelente livro 1822, escreveu:

"No ano da sua independência, o Brasil tinha, de fato, tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, índios ou mestiços. Era uma população pobre, carente de tudo, que vivia em uma economia agrária e rudimentar. O país nascia falido, sem dinheiro, soldados, armas e munição para sustentar a guerra da independência contra os portugueses. As perspectivas de fracasso pareciam bem maiores dos que as de sucesso. No entanto, o Brasil conseguiu manter a integridade do seu território e se firmar como nação independente."

A manutenção da integridade do nosso território talvez tenha sido nossa principal conquista nesses primeiros 200 anos, quando o Brasil se firmou como nação única, coesa, falando o mesmo idioma em todos os quadrantes dos seus mais de 8.500.000 km², que ocupam quase a metade da América do Sul, enquanto a parte espanhola se fragmentou em nove países.

Em benefício da História, não se pode deixar de enaltecer o papel que as nossas Forças Armadas desempenharam nesse processo – papel que desempenham até hoje na preservação de nossa integridade territorial e de nossa soberania.

Muito embora o Exército Brasileiro tenha sido criado oficialmente em 1822, mesmo ano da nossa independência, sua cruzada em defesa da pátria vem de muito antes, tendo como marco inicial o ano de 1648, quando indígenas brasileiros, africanos escravizados e brancos portuguê-

ses se uniram para reconquistar as vastas terras nordestinas há anos ocupadas pelos holandeses, protagonizando a Batalha dos Guararapes, no dia 19 de abril, data que se consagrou como o Dia do Exército.

Na consolidação da nossa unidade territorial, não se pode esquecer a contribuição de muitos bandeirantes e pioneiros, verdadeiros heróis entre os quais se destaca o Marechal Rondon, nem o formidável serviço prestado mais recentemente pela Força Aérea Brasileira, com o seu Correio Aéreo Nacional, iniciado em 1931, com o objetivo de integrar as diversas regiões do país e permitir a ação governamental em comunidades de difícil acesso.

Considerada oficialmente a força mais antiga, muito embora o Exército estivesse atuando há quase um século, a origem da nossa Marinha remonta a 28 de julho de 1736, quando por decreto Dom João V, Rei de Portugal, criou a Secretaria de Estado

dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Desde então, ela tem prestado relevantes serviços à Nação e participado de todos os conflitos nos quais o país esteve envolvido. Talvez o episódio mais icônico de sua trajetória tenha sido a sua participação na Guerra da Tríplice Aliança, o maior conflito da América do Sul, vencida pelo Brasil em 11 de junho de 1865.

A verdade é que, sem as Forças Armadas, não teríamos construído o Brasil que hoje temos.

Anotados esses feitos heroicos que tanto nos orgulham, não podemos deixar de constatar, com tristeza, nosso fracasso em atingir objetivos necessários para o desenvolvimento de nossa sociedade, o que nos proíbe, ainda, de fazer parte do seletº clube das nações desenvolvidas. Nossa educação é de baixa qualidade, os serviços de saúde deixam a desejar, a infraestrutura é precária, a segurança, ou a falta dela, atormenta nosso dia a dia, o saneamento básico é insuficiente, o analfabetismo continua sendo real para grande parte de nossa população, assim como a pobreza. Aliás,

nossa capacidade de produzir pobreza e miséria continua sendo um grande mistério. São essas, entre tantas outras mazelas, que nos impedem de festejar o bicentenário da nossa independência com a alegria com que gostaríamos de fazê-lo.

As democracias maduras do mundo ocidental – ao qual o Brasil pertence – se caracterizam não apenas por ter economias avançadas, mas também por ter criado, ao longo da sua história, certos consensos básicos, o principal deles o de que o bem estar encontra-se relativamente espalhado pelas diferentes camadas sociais. (2022, *uma proposta para um Brasil melhor no ano do bicentenário*. Editora Campus).

Se não alcançarmos esses consensos básicos, jamais conseguiremos fazer do Brasil a nação próspera e socialmente justa que tanto almejamos.

Os próximos 200 anos estão apenas começando. Portanto, mãos à obra, brasileiros de boa vontade. Temos muito por fazer. Parafraseando o Almirante Barroso na célebre Batalha do Riachuelo, “o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.



200 anos de Independência Brasil, um país vulnerável

Roberto Duailibi



Presidente da FUNCEB (2008-2010)
Atualmente, é membro da
Academia Paulista de Letras

A literatura tem sido, na história cultural do Brasil e na história de nossas Academias de Letras, o meio de expressão de nossa consciência crítica e de nossas possibilidades históricas. Daí porque nosso alerta atual.

A pandemia, e agora o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, expuseram de forma dramática as vulnerabilidades do Brasil em áreas estratégicas. A magnitude dos problemas – em especial, na economia (baixo crescimento, inflação, taxa de juros), na sociedade (desigualdade, aumento da pobreza, desemprego), na preservação da Amazônia e no isolamento e na perda de espaço do mundo – deixa para um longínquo segundo plano a questão das vulnerabilidades que perpassa diversos setores estratégicos. No comércio exterior, área dinâmica da economia, é preocupante a dependência bra-

sileira de poucos produtos e poucos mercados e a vulnerabilidade do agronegócio, pela dependência do mercado chinês e de fertilizantes importados. É preocupante igualmente a vulnerabilidade do país em áreas estratégicas, como, entre outras, na dificuldade para começar um processo de reindustrialização, a partir da produção no Brasil de produtos sensíveis, como semicondutores, insumos farmacêuticos, produtos de saúde, na importação de diesel e trigo, na segurança cibernética, no avanço na inovação e na educação.

O Brasil enfrenta uma crise econômica mundial, provocada pela pandemia da Covid-19 e pela guerra na Europa. Nesse quadro de incertezas, é essencial que os brasileiros se unam em torno dos esforços em defesa do interesse nacional, por uma economia estável e um regime político funcional.

Esse texto é um alerta da Academia Paulista de Letras, neste ano de 2022 em que se decidirá, mais do que nunca, os próximos anos. Julgo ser uma leitura obrigatória para todo o povo brasileiro, num momento difícil que o Brasil está passando.



Acervo do Museu Imperial de Petrópolis

"A Proclamação da Independência", de François-René Moreaux, 1844

Grito do Ipiranga

Marcos Arbaiteman



Presidente da FUNCEB
de 2016 a 2020

No próximo 7 de Setembro, comemoraremos o Bicentenário da Independência do Brasil.

Houve realmente há 200 anos o grito do Ipiranga – “Independência ou Morte!” – pelo Imperador D. Pedro I?

O brado teria sido dado por esse imperador, momento retratado no quadro *O Grito do Ipiranga*, de Pedro Américo, produzido há 60 anos, consagrando assim a emancipação de nosso Brasil. No entanto, um exame acurado deve ser efetivado para comprovação desses relevantes fatos de nossa história.

José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patrono da Independência, teve papel decisivo na independência do Brasil, sendo figura relevante no processo de liberdade.

A Conjuração do Rio de Janeiro, em 1784, a Conjuração Baiana, em 1798, a Revolução de 1817, em Pernambuco, e a

Conjuração Mineira, em 1789, são fatos históricos de altíssima relevância, não apenas pelo sangue derramado como também pela importância na conquista da Independência.

Além de celebrar, devem-se analisar, discutir e pesquisar todos os acontecimentos prévios ao 7 de Setembro de 1822.

Desde o famoso Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, já se via claramente a posição de D. Pedro I, que se recusava a voltar a Portugal, como exigiam os portugueses.

Seguramente não foi apenas São Paulo que participou nessa luta do povo brasileiro.

Vale, e é absolutamente natural e oportuno, um estudo ainda mais profundo do grande episódio da História do Brasil, que deve ser comemorado com entusiasmo, orgulho e grande desafio a todos nós brasileiros.

Crédito Imobiliário Digital

Sua casa própria com as melhores condições

Juros baixos para aquisição de imóvel, terreno e material de construção*.

Diferenciais:

Teto IPCA – limite de 6,5% a.a. para a inflação.

Garante30 – possibilidade de alterar, em até 30 meses, a forma de atualização do contrato.

Idade limite – 85 anos.

FHE POUPEX

Consulte na sua agência ou no site www.poupeix.com.br
'Manual do Crédito Imobiliário para a Pátria' e
das Forças Armadas e o seu encarregado.



Crédito com Garantia de Imóvel

Linha de crédito, com ótimas taxas, disponibilizando o seu imóvel como garantia da operação.

poupeix.com.br
0800 061 3040

A Engenharia na Bahia, da Independência à República



**Mário Mendonça de Oliveira
Cibèle Celestino Santiago**

O argumento da Engenharia Militar

Não se pode tratar de engenharia brasileira sem mencionar a engenharia militar, pois foi nas escolas ou nas aulas militares que foram formados os engenheiros militares, maioria absoluta no Período Colonial. Mesmo após a proclamação da nossa Independência – assim como aconteceu em diversos países da Europa – as instituições de ensino desses profissionais continuaram ligadas às organizações militares, formando engenheiros que não envergavam a farda, daí serem denominados engenheiros civis. É exatamente sobre tais profissionais do século XIX – engenheiros militares e civis – que abordaremos neste texto.

Os primórdios na Colônia

Os pressupostos da formação dos nossos engenheiros têm suas raízes nos tempos da Colônia, já que foi da organização das “Aulas” de onde se originaram a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e, em seguida, a Academia Real Militar, em 1810.¹ Essas instituições preparavam seus frequentadores, prática e teoricamente, nas disciplinas do conhecimento, que se rela-

ciam tanto à projetação das fortalezas, quanto à concepção dos mais variados edifícios, públicos e religiosos, ao contrário do que pensavam certos pesquisadores. Alguns desses profissionais chegaram a conceber obras-primas, como o sargento-mor José Antônio Caldas, ou o coronel Manoel Cardoso de Saldanha (Fig. 1 e 2), professores da Aula Militar da Bahia.

Alguns desses engenheiros, formados na Aula Militar da Bahia, ainda sobreviveram e prestaram serviços à sua terra natal, depois da Proclamação da Independência, como é o caso de João Leal Teixeira, que desenhou o cadastro das nossas fortificações e participou, com o brigadeiro Galeão, da elaboração da planta cadastral de Salvador, no alvorecer do século XIX, anos antes da nossa Independência. Exatamente por ter trabalhado no Período Colonial, Leal Teixeira era referido, frequentemente, como um “homem velho”, no início do Império.

A formação dos engenheiros imperiais

A maioria dos engenheiros destacados, que serviu na Província da Bahia, foi formada nas escolas imperiais, salvo os estrangeiros que para aqui vieram, tais como Przewodowsky ou Weyll, e uns pou-



Fig. 1 – Igreja da Conceição da Praia, em Salvador, projeto do Cel. Eng. Manoel Cardoso de Saldanha
Acervo de Francisco Salgado Santana

cos veteranos que sobreviveram, formados nas antigas “Aulas” militares, como o caso de João Leal Teixeira. Assim sendo, nosso ponto de partida será, em ligeiras pinceladas, a formação na Academia Imperial Militar, apelidada posteriormente de Escola Central.

Silva Telles considera que a introdução do curso de Pontes e Calçadas foi a primeira tentativa de alargar o espectro de formação do engenheiro militar para abrigar o engenheiro civil, fenômeno que observamos no texto apresentado no Congresso de História da Construção, na Espanha,² no qual declarávamos ter sido o ensino da engenharia no Brasil profundamente influenciado pela França, em especial pela École Polytechnique e da École des Ponts et Chaussées. Assim, o Curso de Pontes e Calçadas,³ da Academia, possuiria as disciplinas seguintes:

1º ano

Propriedades das madeiras, terras, pedras, cal, tijolos, areias, ferro e argamassas empregados na construção de pontes, calçadas, diques, fontes, aquedutos e canais navegáveis; determinação da resistência e

elasticidade daquelas substâncias; nivellamentos, escolha e reconhecimento do terreno para a determinação de estradas e canais.

Aula diária de desenho de arquitetura civil e hidráulica.

2º ano

Construção dos estaqueamentos e engradamentos dos alicerces; construção de abóbadas, pontes, estradas, fontes, aquedutos e canais navegáveis; explicação e uso de máquinas.⁴

Foi realizada a anexação da Academia de Marinha a esse curso; porém, como bem cedo foi verificado que isso não funcionou adequadamente, a medida foi tornada sem efeito.

Em 1842, pelo Decreto Imperial nº 140, emitido no mês de março, foram corrigidas algumas distorções da reforma anterior. Nela foi criada a possibilidade de doutorado em Ciências Físicas e Matemáticas e em Ciências Físicas e Naturais, considerado como primeiro título de pós-graduação em engenharia no Brasil. Nesse mesmo ano, foram titulados alguns doutores, entre os quais se encontrava o baiano José Maria



Fig. 2 – Interior da Igreja da Conceição da Praia, de autoria do Cel. Manoel Cardoso de Saldanha
Acervo de Francisco S. Santana.

Tem-se ciência de que, a partir de 1848, apareceram as primeiras teses elaboradas, especificamente para os doutorados em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Chama-se atenção para esse particular, porque um dos primeiros diretores baianos de obras da Província foi o então tenente engenheiro Francisco Pereira de Aguiar, que regressou ao Rio de Janeiro para concluir seus estudos, doutorando-se com a defesa da tese: “Considerações gerais sobre o efeito útil das machinas: estabelecimento das equações gerais, do seu movimento e da sua utilidade, considerada particularmente em relação ao Brasil”.⁷

A Criação de uma Diretoria de Obras na Província da Bahia

da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco.⁵ Essa reforma estruturou o curso de formação dos engenheiros da seguinte maneira:

1º ano:

Aritmética, Álgebra Elementar, Geometria, Trigonometria Plana e Desenho.

2º ano:

Álgebra Superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral e Desenho.

3º ano:

Mecânica Racional e Aplicada às Máquinas e Desenho.

4º ano:

Trigonometria Esférica, Astronomia e Geodésia, Química, Mineralogia e Desenho.

5º ano:

Topografia, Tática, Fortificação Passageira, Estratégia, História Militar, Direito das Gentes (Civil e Militar) e Desenho.

6º ano:

Artilharia, Minas, Fortificações Permanentes, Ataque e defesa de Praças, Botânica e Zoologia e Desenho.⁶

7º ano:

Arquitetura, Hidráulica, Construção, Montanística, Metalurgia e Desenho.

Os textos das Fallas dos Presidentes da Província da Bahia deixam bem claro que os administradores sempre procuraram suprir os seus quadros com engenheiros que pudessem produzir as obras e construções necessárias ao desenvolvimento da jovem nação. O próprio Miguel Calmon du Pin e Almeida, Presidente Interino da Província da Bahia, no rescaldo da Guerra da Independência Baiana (1823), lamenta a falta de engenheiros ao dizer: “Levantáram-se trincheiras em diferentes pontos, bem que algumas fôssem mal collocadas por falta de Engenheiros”.⁸ Isso testemunha a carência de tais profissionais, mesmo no quadro do esforço de guerra.

Os anos que se seguiram à Guerra da Independência caracterizaram-se pela pura e simples “arrumação da casa”, dilapidada pelo desgaste da economia, pelas desordens políticas, crises na agricultura e na pecuária e, até mesmo, derrame de moedas fal-



Fig. 3 – Asilo de idosos
da Venerável Ordem
3º de S. Francisco
Acervo dos autores

sas. Para completar o quadro, a economia agrária, o forte da província, baseada na mão de obra escrava, teve que se ajustar à primeira restrição nesse tipo de força de trabalho, que foi a proibição de tráfico de cativos africanos. As obras públicas foram reduzidas, de maneira drástica, e somente os temas de contenção da Montanha (leia-se, a falha geológica de Salvador), que se tornaram inadiáveis, e da Rua da Vala (Rua J.J. Seabra) ou os alagadiços da Baixa do Bomfim, com os seus problemas agudos, ocuparam enfaticamente a gestão dos administradores. Os engenheiros e as suas atividades são citados, esporadicamente, porém sem qualquer referência a nomes desses profissionais, alguns deles estrangeiros, como vemos na mensagem do presidente Thomaz Xavier Garcia de Almeida, que afirma, em relação a esse particular, o seguinte: “Os orçamentos exigidos no Cap. 3, da citada Lei n. 86, já foram mandados proceder, tendo o Governo para este fim, e para outras obras decretadas, engajado mais três Engenheiros Estrangeiros”.⁹

No entanto, é na gestão desse Presidente, pelo que sabemos, que foi dado o grande passo para a criação de uma Inspeetoria ou Diretoria de Obras, da Província da Bahia, quando promulgada a Lei nº. 91, de 23 de agosto de 1838, decretada pela Assembleia Provincial e sancionada pelo presidente em questão. O texto dessa Lei foi publicado, na íntegra, no Jornal Correio Mercantil, na edição de 1º de outubro de 1838.¹⁰ Um desses estrangeiros referidos na mensagem deve ter sido o polonês André Przewodowski.

Entre outros engenheiros que atuaram na Cidade do Salvador, possivelmente incluídos entre os estrangeiros citados na “falla” do Presidente Tomás Xavier, de 1838, aparecem dois nomes, esporadicamente citados nos relatórios de engenheiros militares, como autores de antigos projetos para Salvador. Um deles é o do tenente coronel La Beaumelle, provavelmente um dos primeiros militares a chegar por aqui, anos antes: “Pela Secretaria d’Estado dos Negócios da Guerra mandarão-se nomear para

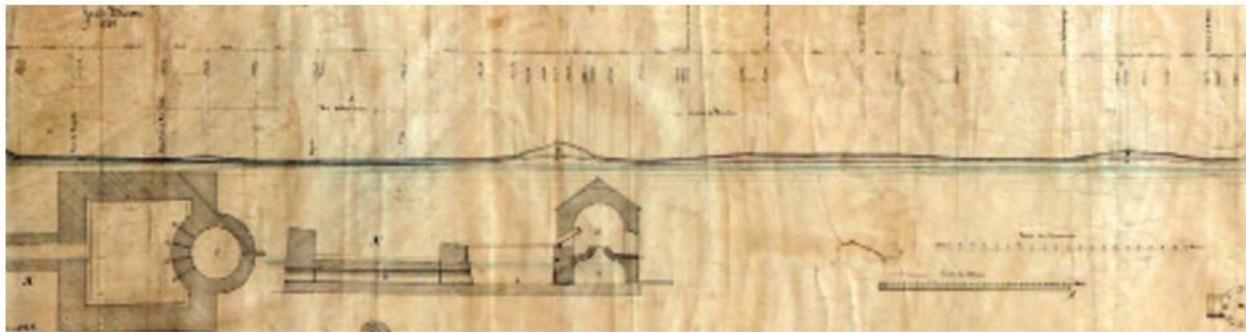


Fig. 4 – Detalhe do Perfil do nivelamento e encanamento das águas do Tanque da Conceição, pelo Ten. Cel. Blöem, do Imperial Corpo d'Engenheiros 1849. Fonte: APEB – Reg. 427

embarcarem a 20 de junho para a Bahia, a huma comissão de serviço, o coronel Victor Lourenço de La Beaumelle, e o capitão Carlos Philippe Riviere, ambos do Corpo de Engenheiros”.¹¹ Em 1848, outro engenheiro estrangeiro que aqui esteve, citado anonimamente, pode ter sido o alemão (da antiga Prússia) João Blöem, que serviu também em outros estados do nordeste, permanecendo algum tempo na Bahia, nomeado pelo Desembargador Presidente João José de Moura Magalhães, como “Director da Junta Administrativa das Obras Públicas”.¹² Atribui-se a esse profissional o projeto do Lar Franciscano Asilo Santa Isabel, imponente estrutura voltada para a rua J.J. Seabra, antiga Rua da Vala (Fig. 3), além de projetos de infraestrutura, como o do encanamento das Águas do Tanque da Conceição¹³ (Fig. 4). É de sua autoria um relatório que lista as 27 fontes existentes na cidade, elencando o estado em que se encontravam e propondo diretrizes para melhorias destas, de modo a melhor servirem à população.¹⁴

Mudando-se, posteriormente, para o sul do país, Blöem dirigiu com muita eficiência a famosa Fundição Ipanema, primeira fábrica brasileira de ferro.

Entretanto, não obstante a promulgação da Lei nº 91, de 1838, somos levados a acreditar que, mesmo com a legislação estabelecida, a dita Diretoria (ou Inspetoria) de Obras não entrou em funcionamento, como

deveria, pois o Presidente da Província, Francisco de Souza Soares d’Andrea, futuro Barão de Caçapava, em 1845, ao dirigir-se à Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, dedicou nada menos do que 15 páginas do seu relatório às obras públicas, particular nunca dantes observado nas “fallas” pretéritas. Dissertou o ilustre presidente, com grande propriedade, sobre os principais problemas de engenharia da província, sobretudo aqueles da sua capital, demonstrando que tinha tido assessoria técnica competente para tal assunto.¹⁵ Contudo, seu texto deixa claro que a Lei nº 91, que criava a Diretoria de Obras, ainda não tinha sido implementada:

Antes de tratar de algumas obras que estão em andamento, e de outras que devem intentar-se, fallarei das principaes precisões d'este ramo.

A primeira de todas he crear uma Inspeção de Obras Públicas, composta dos Engenheiros Nacionaes mais habeis que poder [sic] adquirir a Provincia, segundo um Regulamento à propósito.

A lei nº 91 sobre este objeto tornou-se um pouco regulamentar, e visto estar publicada convem alterar lhe alguns artigos como são:

O art. 3º = Nunca deve ser composta a Administração de Engenheiros civis, e o Chefe deve ser sempre um Official do Imperial Corpo d'Engenheiros.¹⁶

Duas observações principais podem ser deduzidas do citado texto: a primeira é que, como já mencionado, a tal diretoria ou inspetoria ainda não tinha sido implantada, naquela altura; a segunda, que não era viável ter uma diretoria composta exclusivamente de engenheiros militares, mas que tal diretoria fosse sempre chefiada por um deles. Segue um trecho da legislação em pauta, mencionada anteriormente, mas ainda não implementada na época:

**BAHIA
PARTE OFFICIAL
LEI Nº 91, DE 25 DE AGOSTO DE
1838.**

Thomaz Xavier Garcia d'Almeida, presidente da província da Bahia. Faço saber a todos os seos habitantes, que a assemblea legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte.

Art.1. Haverá na província da Bahia uma administração de obras publicas, composta de engenheiros de todas as classes, a quem pertencerá a direção, inspecção, fiscalisação, e conservação de todas as obras publicas da província.¹⁷

A gestão do presidente provincial Francisco de Souza Soares d'Andrea trouxe, também, para a Cidade do Salvador, a primeira planta cadastral da era imperial (Fig. 5). Na leitura da sua “falla” de 1845, destacamos a seguinte afirmação: “Por falta de Cartas tenho encarregado o levantamento da planta da Cidade a um Engenheiro estrangeiro, que estava sem emprego publico n'esta Província, mediante a gratificação mensal de 100\$000 rs [...].”¹⁸ Provavelmente o engenheiro estrangeiro mencionado era Carlos Augusto Weyll, filho do imigrante

alemão Eng. Pedro Weyll, e a carta contratada era a sua famosa planta cadastral de Salvador, tão explorada pelos estudiosos (Fig. 5). Há menção a isso em um jornal do Rio de Janeiro, intitulado Correio da Tarde, que circulou em 15 de janeiro de 1848, informando: “O engenheiro Carlos Augusto Weyll ia publicar um mappa topographico da capital da Bahia e seus subúrbios, sobre escala de grande dimensão. Mais um mappa para se mandar lithographar em Londres” [...].¹⁹

O que é possível causar dúvida é que a litografia da carta conhecida (na escala de 1:15.000) não foi executada em Londres, mas em Stuttgart, na Alemanha, e data do início dos anos 1850 (c. 1851). Essa planta, mais do que importante para a administração de uma urbe em crescimento, parece ter sido confiada anteriormente ao tenente coronel, do Imperial Corpo de Engenheiros, João da Silva Leal Teixeira que, na sua avançada idade, certamente não conseguiu levar a cabo a tarefa.²⁰

Os engenheiros da Província da Bahia

Compete agora direcionar nossas reflexões para os mais eminentes engenheiros que serviram durante o Império, no nosso Estado. Inicialmente, para que não se queira imaginar que nosso entusiasmo investigativo pelo argumento está contaminado pelo apreço que dedicamos à engenharia militar, pedimos licença para citar uma conceituada colega historiadora, Consuelo Novais:

[...] Os engenheiros da Repartição de Obras Públicas foram personagens de grande importância no processo de urbanização de Salvador e, pela influência que gozavam, contribuíram para minimizar a instabilidade política. O presidente da pro-

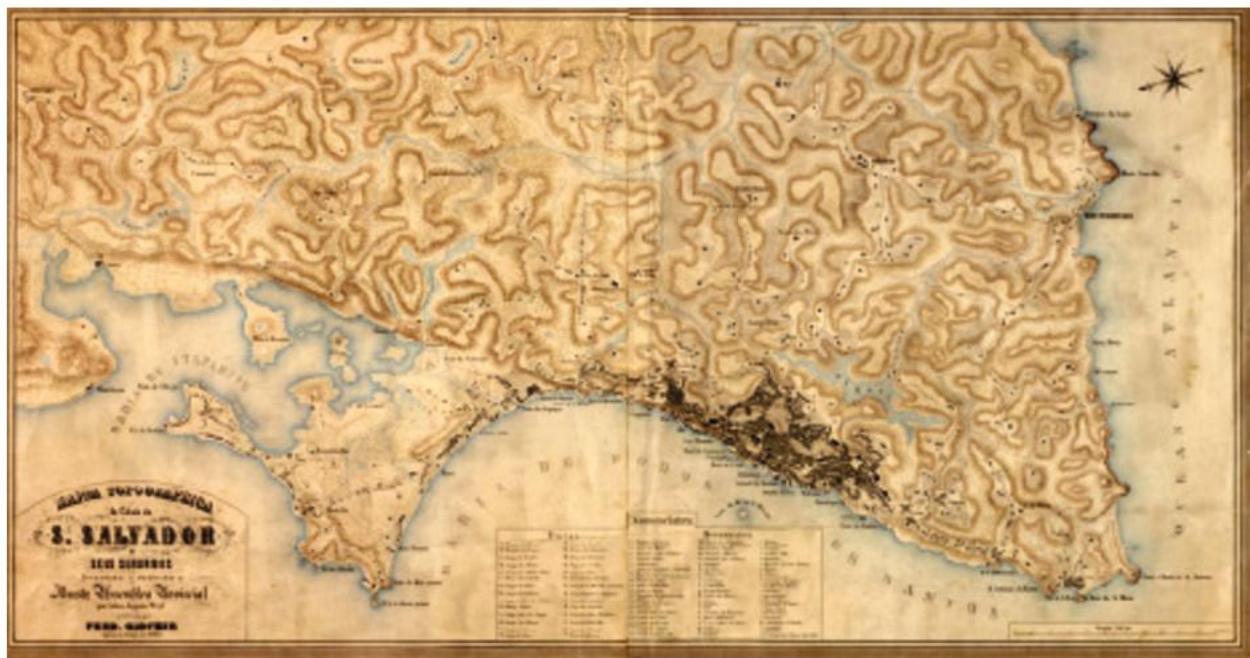


Fig. 5 – Planta da Cidade do Salvador litografada na Alemanha, segundo levantamento do Engenheiro Carlos Augusto Weyll (c.1851) Fonte: APEB

víncia não deliberava sobre nenhuma obra antes de tomar conhecimento da opinião desses profissionais. Dois deles, o polonês **André Przewodowsky** e o major **Francisco Pereira de Aguiar**, conquistaram grande notoriedade e respeito na sociedade baiana, havendo o último ascendido ao posto de marechal. Outro, **Jácome Martins Baggi**, exerceu o mandato de deputado provincial durante cinco legislaturas, numa das quais assumiu a posição de 1º vice-presidente.

Com poucas exceções, esses engenheiros defendiam com afinco, e consistentemente, os interesses da sociedade local. Dada a constante e incrível mudança de chefes de governo, foram elementos de equilíbrio e de garantia de certa continuidade do nosso processo administrativo da Província. [...]²¹

Como seria impossível detalhar o roteiro profissional de todos os engenheiros que atuaram na Bahia, no Período Imperial, nós nos limitaremos a destacar, em virtude da dimensão reduzida dessa notícia, os dados relevantes daqueles profissionais

que, aparentemente, trabalharam nas obras mais importantes do nosso estado:

Francisco Pereira de Aguiar – Esse importante profissional, quiçá o mais importante da história da nossa Engenharia Imperial, nasceu em 26 de julho de 1820, de um casal distinto da sociedade soteropolitan: Domingos Pereira de Aguiar e Castro e D. Maria Jacinta do Coração de Jesus Dias Damásio de Aguiar e Castro. Em 1839, encontrava-se matriculado na Escola Militar-RJ, no curso de engenharia, de onde saiu graduado “Plenamente”, em 1842, recebendo no mesmo ano a patente de segundo-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros.

Em 1843, regressou a Salvador, casando-se com D. Maria Rosa de Madureira, filha de seu padrinho. Como o nosso engenheiro pretendia doutorar-se, regressou ao Rio de Janeiro com a esposa, que lhe deu um filho, nascido a 10 de janeiro de 1845. Entretanto, no ano imediato, faleceu o pai do nosso biografado, fazendo-o retornar a Salvador. Novamente, o infartúnio bate à sua porta, com a morte da

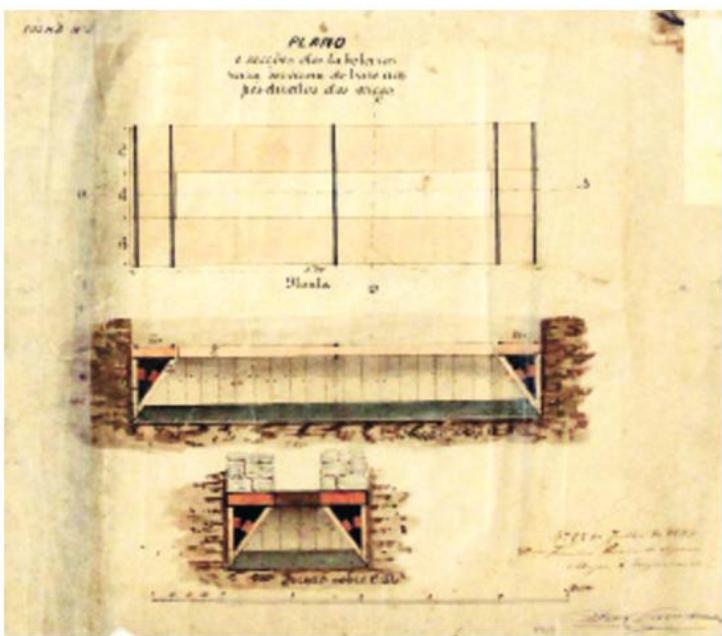


Fig. 6 – Desenho assinado por Aguiar, de obras na ladeira da Montanha *Acervo do Arquivo Militar*

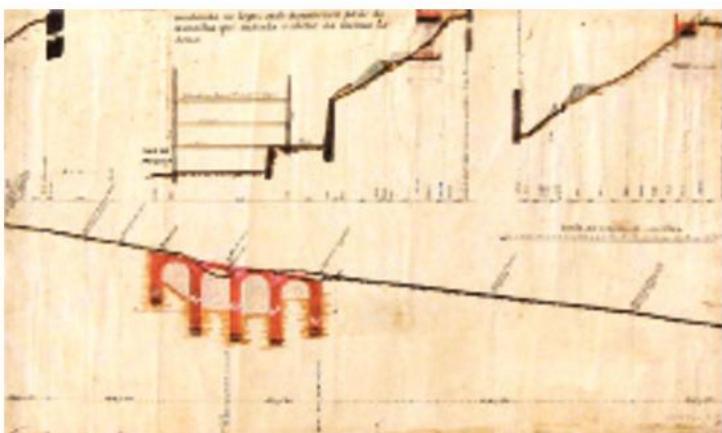


Fig. 7 – Desenho assinado por Aguiar, de obras na Ladeira da Conceição após desmoronamento parcial *Acervo do Arquivo Militar*

sua jovem esposa deixando-lhe um filho em tenra idade.

Segundo seu biógrafo,²² nos primeiros anos de exercício profissional, Aguiar escreveu um texto relativo à estabilização da nossa Falha Geológica: “Memória sobre a muralha que se vai construir na montanha do Pilar sob a casa do Sr. Justino Nunes de Santo Sé”, documento que, possivelmente, encontra-se no Arquivo Militar do Exército.

Achando-se viúvo, Aguiar foi novamente para o Rio de Janeiro continuar seus estudos, retornando a Salvador após fina-

lizar o doutorado, defendido em 1849. De volta à sua terra, contraiu segundas núpcias com D. Sophia Henriqueta Moreira de Macedo e, em 1850, foi nomeado Engenheiro da Província e, posteriormente, diretor do serviço de obras.

Novamente, os problemas da nossa falha geológica chamam a sua atenção, quando elabora um texto sobre “Projetos de melhoramento para a Ladeira da Conceição, de uma praça e caes, em frente da matriz do mesmo nome”. Em 1855, recebeu a patente de capitão do Corpo de Engenheiros e, em 1860, as divisas de major. Por Carta Imperial de 1863, foi promovido a tenente-coronel do Corpo de Engenharia, passando a coronel graduado em 1880.

Ao longo de sua vida profissional, realizou ou fiscalizou diversas obras, tanto civis quanto militares, entre as quais citamos: projeto para a Ladeira da Barra, obras no distrito da Vitória, emissão de pareceres sobre a instalação dos trilhos da Transportes Urbanos, plano de esgotos para a Cidade de Salvador (com Lourenço

Eloy Pessoa de Barros), obras na Ladeira da Misericórdia. Sucedeu o Engenheiro André Przewodowski, nas obras de construção da Nova Alfândega (hoje Mercado Modelo).

Além da direção, por muitos anos, do nosso Serviço de Obras, foi o projeto e acompanhamento dos trabalhos da ladeira da Montanha, incrementados na administração do Barão Homem de Mello, que parece ter sido a obra de seu grande desvelo. (Figuras 6, 7 e 8).

Com o advento da República, Aguiar não se conformou com o novo regime,

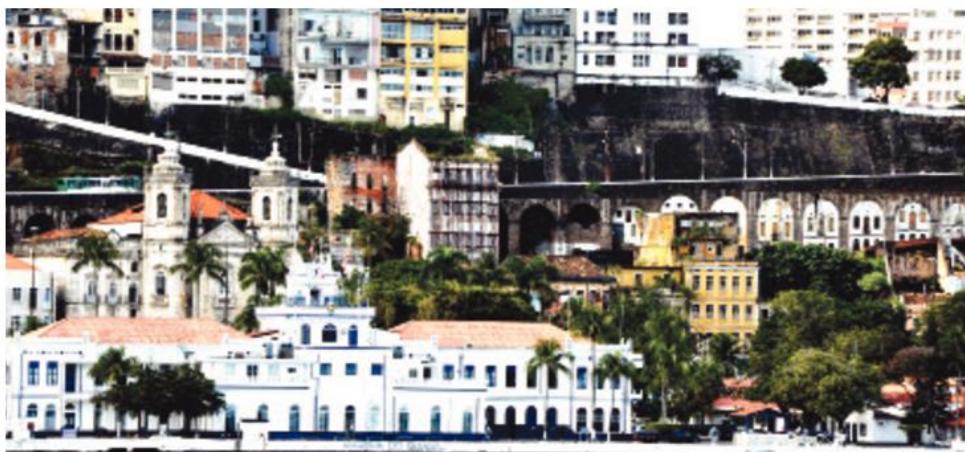


Fig. 8 – Ladeira da Montanha e Arcos da Conceição, vistos do Forte do Mar
Acervo dos autores

pedindo reforma na sua condição de marechal de campo, carregando consigo inúmeras comendas e honrarias. Faleceu em 1903, aos 83 anos de idade.

André Przewodowski– Nasceu na Polônia, no fim do século XVIII, possivelmente em 1799, emigrou para o Brasil, terra que escolheu como segunda pátria, na qual se naturalizou, viveu e constituiu família. Como foi já mencionado, a “falla” do Presidente da Província, de 1839, faz referência à contratação de três engenheiros estrangeiros. Acreditamos que um deles deve ter sido o nosso profissional polonês.

Os orçamentos exigidos no cap. 3, da citada Lei n. 86, já foram mandados proceder, tendo o Governo para este fim, e para outras obras decretadas, engajado três Engenheiros Estrangeiros. À medida, pois que se forem concludo tais orçamentos, vos serão ellos apresentados com as plantas que acompanharem.²³

O engenheiro em questão deveria ter boa preparação profissional e grande disposição para assumir os trabalhos. Observamos que a consideração que lhe tinha o Governo Provincial era traduzida no salário que lhe pagavam, superior aos dos demais profissionais de engenharia (Ver Quadro I na página seguinte).

Przewodowski deixou alguns textos publicados, um dos quais é o relatório da sua viagem exploratória de Salvador para Juazeiro, no qual foram feitas observações sobre a implantação da via férrea. Os seus primeiros textos foram redigidos em francês e traduzidos por seus colegas, sendo inclusive, publicados em variados veículos de divulgação.

Em 1842, André Przewodowski foi designado para explorar e fazer a planta do rio São Francisco e também para fazer estudos referentes à navegabilidade do rio Inhambupe.²⁵

O Conselheiro Antônio Ignacio d'Azevedo, em 1847, enfatiza que um dos maiores problemas da Cidade do Salvador era a sua escarpa e menciona que o engenheiro Przewodowski tinha feito um estudo para estabilização desta, da Sé até Água de Meninos. Atribui a ele, igualmente, a proposta de regularização da Estrada das Boiadas, que se encontrava sob forma de projeto antigo de sua autoria, atualizado por ele mesmo, para colocar em concorrência para as obras de execução. Przewodowski elaborou, também, a planta para alargar a Cidade Baixa (1861).²⁷ A contribuição do nosso engenheiro encontra-se em muitos dos grandes projetos de Salvador, inclusive no da Nova Alfândega (hoje Mercado Modelo), em parceria com o Engenheiro Francisco Aguiar (Fig. 9).

Quadro 1

**Quadro dos Engenheiros em Serviço nesta Província da Bahia
(1853)**

NOMES	VENCIMENTOS		TOTAL	OBSERVAÇÕES
	Engenheiro geral	Pão com provisão		
Major Inocencio Velloso Pachacins ¹¹	3:874\$760	2:000\$000	5:874\$760	Está encarregado de todas as obras que houverem de ser feitas na Comarca de Porto Seguro; e bem assim da exploração e polícia dos rios Pardo e Giquitinhonha, além de facilitar sua navegação, d'abertura de estradas que comunicuem esta com a de Minas, e do aldeamento dos Indianos.
P'ra Mendoz da Silva Pereira	1:261\$760	1:000\$000	2:261\$760	Está encarregado de todas as obras que houverem de ser feitas na Comarca de Porto Seguro; e bem assim da exploração e polícia dos rios Pardo e Giquitinhonha, além de facilitar sua navegação, d'abertura de estradas que comunicuem esta com a de Minas, e do aldeamento dos Indianos.
P'ra Firmo José de Mello	504\$000	600\$000	1:104\$000	Serre de Ajudante do primeiramente tenente de Engenheiros Dr. Francisco Pereira d'Aguilar, e tem além disso, sido encarregado das pequenas reparas da casa do Hospital Regimental, e do arco sobre a rua da Valla, que já foi concluído.
Cap. Marcellino Rodrigues da Costa	1:505\$000	1:200\$000	2:705\$000	He encarregado de todas as obras da Comarca de Rio de Contas onde reside, e he além disto Engenheiro dos terrenos diamantinos desta Província.
P'ra Dr. Francisco P. Aguiar	1:261\$760	1:000\$000	2:261\$760	Dirige indistintamente todas as obras da Capital, e da Cidade de Cachoeira.
André Proesdowsky		4:000\$000	4:000\$000	He encarregado da obra da Ponte d'Alfundega, da estrada das Ilhadas, da Ensaio da Fazenda artesiana de Santo Amaro, e ultimamente da abertura de uma nova estrada da Villa da Tapera à fazenda Canadeal.
Carlos Augusto Weyß		1:200\$000	1:200\$000	Acha-se encarregado do encanamento do rio das Tripas, e da Rua da Valla, dos melhoramentos da rua du Bom-gosto, da do Imperador, dos concertos do casal d'Água de Meimos, e dos melhoramentos da ladeira da Saúde, e construção do muro na horta do caminho de S. Francisco, não tendo tido ainda princípio estas duas últimas obras.
Antônio Sáustiaco Asturias		1:200\$000	1:200\$000	He encarregado de todas as obras da Comarca de Santo Amaro.
José Marcellino Moreira Sampaio		800\$000	800\$000	Está incumbido da imediata fiscalização de todas as obras da Cidade de Cachoeira.

O SECRETARIO

Secretaria do Governo a Bahia 21 de Fevereiro de 1853

Luis Maria Alvaro Falcão Muniz Barreto

Fonte: Relatório da Inspetoria de Obras de 1853 (grafia original)



Fig.9 – Alfândega Nova,
atual Mercado Modelo.
Obra do Marechal
Francisco Aguiar e de
André Przewodowski
Acervo dos Autores

Afirma Sacramento Blake que Przewodowski faleceu depois de 1870, porém a informação é muito vaga, pois, em 1875, ele foi aposentado e, em 6 de agosto de 1878, o jornal Correio da Bahia noticiou que ele estava solicitando ao Governo, seguramente na condição de profissional liberal, certos recursos para pagamento de obras.

De prestígio nacional, foi o seu filho baiano, Estanislau Przewodowski, oficial de marinha e depois engenheiro. Nasceu na Bahia, em 1843. Fez, embarcado, as campanhas da Cisplatina e da Guerra do Paraguai, sempre destemido e valoroso. Salvando os brios nacionais contra a arrogância argentina, criou incidente internacional que lhe valeu a aposentadoria compulsória da Marinha. Na Bahia, trabalhou como engenheiro, falecendo em 1903. Foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Jácome Martins Baggi (1831-1904) – Engenheiro Militar baiano, formado em 1851. Era filho de D. Ana Joaquina Martins e do imigrante italiano Raphael Pilatti Baggi, médico de profissão. Sua família era fixada na sociedade de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano.

Baggi sempre serviu à Província da Bahia. Entretanto, além da sua atividade

como engenheiro dessa província (substituiu, em 1875, o coronel Aguiar na direção do órgão), ele foi Deputado Provincial em **cinco legislaturas**, numa das quais foi o 1º Vice-Presidente. Entre as muitas obras que executou em Salvador e no Recôncavo, ficou encarregado de acompanhar os trabalhos da construção do elevador hidráulico da Conceição²⁸ (figuras 10 e 11), executados pela empresa *Hoisting Machine*.

Baggi foi ainda o primeiro encarregado da estrada do “Pé-Leve”, de Santo Amaro a Feira de Santana, na qual teve que lidar com os problemas de solo expansivo, o famigerado “massapê”. Durante a obra, Baggi inclusive desenvolveu “macaco” capaz de cravar estacas para estabilização de taludes.

A seguir, elencamos ainda alguns nomes de outros engenheiros e nos referimos a algumas de suas obras, entre aqueles profissionais citados no Quadro 1, os citados em outras “fallas” e os apresentados no livro de Consuelo Sampaio, pelo fato de tal texto referir-se às maiores modificações urbanas de Salvador da última metade do século XIX. Como o período ora descrito vai de 1822 a 1889, os engenheiros citados por Sampaio são os que mais se destacaram no período. São eles:



Fig. 10 – Entrada do Elevador da Conceição, na Praça do Palácio do Governo
Acervo Ubaldo Sena²⁹

Lourenço Eloy Pessoa de Barros –

Encarregado de fazer um plano de esgotos para a Cidade de Salvador (com Francisco Pereira Aguiar)³⁰ e uma planta de nivelamento da cidade³¹ (que estava pronta, conforme a Falla de 1861)³², foi autor de diversos projetos para a cidade, a exemplo do “Projecto pera continuação da nova muralha que se está construindo à beira-mar na Barra d’onde o ponto onde terminou até em frente ao gazômetro”³³. Como primeiro-tenente, foi diretor da Junta d’Engenheiros³⁴, de modo que seu nome aparece em diversos relatórios constantes das “fallas” dos Presidentes de Província.

Carlos Augusto Weyll (1815-1855) –

Além de ter elaborado a importante carta da Cidade de Salvador, já citada, destacamos o projeto dos 3 Arcos (Rua da Vala, Estrada do Garcia e Estrada do Rio Vermelho), assim como das muralhas de contenção nas imediações dos referidos arcos.

Alexandre Freire Maia Bittencourt –

Fiscal da obra do Monumento ao 2 de Julho, tendo redigido importante texto descriptivo sobre o referido monumento, distribuído e publicado na época. Elaborou plantas de reforma não executada para o Theatro São João (1896) elevamento da planta, nivelamento e orçamento da Ladeira da Soltade.³⁵ Foi diretor da Escola Politécnica.

Engenheiros empresários e ferroviários

O material sobre engenheiros militares e civis, que se destacaram na Bahia do século XIX, é muito rico e não poderia ser comentado em um simples artigo que versa sobre o argumento. Os nomes que poderiam ser enfatizados são inúmeros, notadamente porque, nesse período, vieram muitos profissionais do exterior e de outras partes do Brasil, em virtude da implantação da malha ferroviária no Estado e da modernização da Cidade do Salvador, com sistemas de transporte sobre trilhos e deslocamentos verticais ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa. Tais profissionais marcaram a história da nossa modernização. Além de bibliografias específicas sobre muitos deles, são inúmeros os relatórios dos serviços de obras, as “fallas” dos Presidentes de Província, os relatórios assinados pelos próprios engenheiros. Acresce-se a este vasto acervo o noticiário de periódicos na Hemeroteca Nacional (Correio Mercantil, Correio da Bahia etc).

Para não deixar passar sem menção os engenheiros, na sua maioria civis que atuaram no mercado de Salvador, em especial a partir da segunda metade do século XIX, destacaremos alguns deles (Quadro 2):

Quadro 2

Profissionais	Atividades
João Ramos de Queiroz (1848-1892)	Graduado na Escola Central do Rio de Janeiro, esse importante empresário da área dos bondes, em Salvador, conseguiu ligar a Cidade Alta à Cidade Baixa, implantando viadutos e abrindo nova linha para os veículos da Companhia Linha Circulares de Carris Urbanos (CLC), por ele idealizada e fundada. Idealizou, também, o Plano Inclinado Izabel (atual Plano Inclinado Gonçalves). Elaborou um plano nacional integrando transporte ferroviário e vias fluviais, elogiado, mas não implantado a CLC.
Antônio Francisco de Lacerda (1834-1885)	Apesar de não ter concluído o curso de Engenharia, iniciado nos Estados Unidos, Antônio de Lacerda teve muita importância para o desenvolvimento da Cidade do Salvador, como sócio comanditário da empresa Transportes Urbanos, da qual foi gerente: foi responsável pela linha férrea do Campo Grande ao Rio Vermelho, pelas linhas de bondes da Praça do Palácio (Praça Municipal) à Povoação da Barra, e pelo Elevador da Conceição (atual Lacerda), articulando a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Esse último foi por ele idealizado e financiado, mas foi construído por seu irmão, o Eng. Augusto Francisco de Lacerda, embora ele e o sogro, também engenheiro (Camille Montobio), também tenham ajudado nos cálculos. O Elevador Lacerda foi “o primeiro e revolucionário elevador público do mundo”, ³⁶ quando inaugurado em 1873. Lacerda era empresário, filantropo e cientista. Era sócio-proprietário da Fábrica de Tecidos Todos os Santos, em Valença-BA, juntamente com o pai e o irmão.
Augusto Francisco de Lacerda (1836-1931)	Formou-se em engenharia nos Estados Unidos. Construiu o Elevador Lacerda, junto com seu irmão, Antônio Francisco de Lacerda. Era sócio-proprietário da Fábrica de Tecidos Todos os Santos, em Valença-BA, juntamente com o pai e o irmão.
Miguel de Teive e Argollo (1851-1916?)	Graduado em Engenharia nos Estados Unidos, foi um dos pioneiros na construção de ferrovias no Brasil, tendo recebido concessão para a construção da estrada de ferro Bahia e Minas. Entrou como engenheiro chefe no serviço público Imperial, tendo trabalhado em ferrovias em outros estados do país.
Hugh Wilson (trabalhou na Bahia na segunda metade do século XIX)	Engenheiro e capitalista inglês, foi responsável pela implantação da Estrada de Ferro Central da Bahia. Também trabalhou como empreiteiro para a <i>Alagoas Railway Company Limited</i> . Antes de trabalhar no setor ferroviário, também esteve envolvido com a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor.
Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937)	Filho de escrava e alforriado ao nascer, esse engenheiro baiano graduou-se no Rio de Janeiro e viveu a grande parte de sua vida entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Projetou melhoramentos do Porto de Santos, fez o levantamento para a carta geológica de São Paulo e participou de algumas comissões no Período Imperial, entre as quais a Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco. Além de engenheiro, atuou em outras áreas (geologia, geografia, cartografia, história, política, urbanização), tanto durante o Império quanto durante a República. É nome de dois municípios (BA e SP), de ruas e, até hoje, seus livros e demais textos científicos são consultados ou republicados.



Fig. 11 – Elevador da Conceição, no fim do século XIX, vendo-se o Palácio do Governo, antes do bombardeio de 1912
Acervo: Pinterest

Baianos ilustres, engenheiros militares, que marcaram o seu perfil em outras terras



André Pinto Rebouças
(1838-1898)³⁷



Antônio Pereira Rebouças Filho (1839-1874)³⁷

Como a malha ferroviária foi iniciada e cresceu bastante ao longo do Período Imperial, foram necessários inúmeros engenheiros para efetuar levantamentos, executar obras de implantação dos trilhos e construir diversas estações ferroviárias. Impossível listar todos os profissionais que trabalharam no estado da Bahia em um artigo de revista.

Estamos diante de duas figuras de extraordinária importância como brasileiros, e dos maiores profissionais de engenharia do século XIX, na nossa terra. Nascidos no município de Cachoeira, apelidada “a Heroica”, em virtude do seu papel nas nossas Guerras da Independência. O reconhecimento nacional desses brilhantes profissionais, formados nos quadros da Engenharia Militar, está patente na utilização dos seus nomes para designar ruas, bairros, obras de engenharia, em diversos estados e cidades do Brasil, um orgulho da “negritude” brasileira e da nossa engenharia.

Os Rebouças sempre lutaram pela modernização do Brasil, e o fato de visitarem, com bolsa, a Europa e os Estados Unidos, lhes deu uma visão de modernidade, que refletiu no exercício profissional desses personagens destacados da nossa história, que impulsionaram, pelas suas obras, os nossos sistemas de transportes. Bastaria o arrojo da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá para immortalizá-los.



Fig. 14– Estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, de autoria dos irmãos Rebouças Autor da foto: Carlos Renato Fernandes

André era amigo do Imperador e de muitos personagens da corte. Notabilizou-se, particularmente no Rio de Janeiro, por resolver a sua falta crônica de água. Muito mais do que um competente profissional, era um gênio universal. Era escritor, poeta, homem de ciência, amante das artes, comunicava-se em outras línguas e, além do mais, era um filantropo e abolicionista tenaz.

Os irmãos Rebouças foram pioneiros em muitos procedimentos da moderna engenharia no Brasil. É deles o projeto de uma ponte de concreto armado sobre o rio Piracicaba, a primeira do Brasil com esse novo material. Juntos, fizeram outros projetos e publicaram vários textos de engenharia.

Antônio Rebouças, que nasceu em 1839, faleceu muito jovem, aos 35 anos, vitimado por malária, segundo uns, ou febre tifoide, segundo outros, moléstia contraída nos canteiros de obras das ferrovias em construção.

Com o advento da República, André retirou-se do Brasil, acompanhando a Família Real, dedicando-se no exterior a orientar, com os seus vastos conhecimentos, os povos africanos. Faleceu no Funchal, possivelmente lançando-se de um penhasco, na base do qual foi encontrado sem vida, em 1898.

Além dos irmãos Rebouças, que se notabilizaram pelas suas extraordinárias competências em outras Províncias, nasceu na Bahia um personagem de grande destaque na engenharia nacional, inclusive como grande projetista de edifícios governamentais.

Tratava-se de **Francisco Marcelino de Souza Aguiar** (1855-1935), filho do major engenheiro Francisco Primo de Souza Aguiar e de sua mulher Johanna Maria Freund, de origem austríaca. Seu pai, durante algum tempo, trabalhou no departamento de obras da Província da Bahia, em meados do século XIX, sendo depois transferido para presidir a província do Maranhão, mas faleceu jovem, deixando seu filho com 13 anos.

Francisco Marcelino concluiu o curso de Engenharia Militar em 1876. Pelo seu dinamismo e competência, foi nomeado pelo presidente Afonso Pena como prefeito da capital (Rio de Janeiro), cidade na qual deixou obra memorável, tanto de cunho social e educativo, como de grandes edifícios por ele mesmo projetados. Entre inúmeros trabalhos concebidos pelo ilustre engenheiro, estão o Hospital Militar, a Biblioteca Nacional, o Quartel do Corpo de Bombeiros, o Palácio Monroe, obra premiada internacionalmente, e muitos outros trabalhos.



Marechal Marcelino Souza Aguiar



Fig. 15 – Palacete Monroe, hoje demolido. Projeto de Souza Aguiar.
Fonte: Cartão Postal da época

Mário Mendonça de Oliveira

O arquiteto Mário Mendonça de Oliveira é Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, na qual ensinou História da Arquitetura por 32 anos. Após aposentado, vem se dedicando ao ensino na Pós-Graduação em Arquitetura (PPGAU) da qual é professor do Quadro Permanente, na Linha de Pesquisa da Conservação e da Restauração. A sua produção historiográfica é, em grande parte, voltada para o estudo das fortificações, com destaque para as fortificações antigas do Brasil, mas também, na qualidade de arquiteto restaurador, tem participado do projeto e da restauração de muitas delas. Pela sua dedicação e empenho na conservação e restauração do patrimônio edificado, recebeu inúmeras comendas e distinções entre as quais: o título de Comendador da Ordem do Mérito do Estado da Bahia, o diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro, a medalha da Ordem do Mérito Militar, da mesma instituição. É membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia de Ciência da Bahia, da Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos e do ICOFORT (International Scientific Committee on Fortifications and Military Heritage) bem como do ICOMOS-BR (International Council on Monuments and Sites) do qual acaba de receber a distinção de Sócio Emérito, pela sua vida dedicada à conservação do nosso patrimônio.

Cibèle Celestino Santiago

A arquiteta e professora Cibèle Celestino Santiago é Doutora em “Conservação do Patrimônio Arquitetônico” pela Universidade de Évora e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde se graduou em Arquitetura e Urbanismo. Experiente em Tecnologia de Arquitetura e Urbanismo, atua no grupo de pesquisa NTPR (Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração) ligado ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura da UFBA e no CETA (Centro Tecnológico da Argamassa), onde tem desenvolvido trabalhos relacionados a materiais de construção, argamassas antigas, rochas, madeira e terra crua. Autora de diversos artigos, possui obras publicadas como “Sobre arcos e bondes. Resgatando a memória urbana de Salvador” (2019), “Viollet-le-Duc e o restauro de Notre-Dame” (2019), “Argamassas tradicionais de cal” (2007), “Materiais de Construção: Aspectos práticos e históricos” (2001) e “O solo como material de construção” (1996).

NOTAS

- ¹ SILVA TELLES, Pedro Carlos. História da Engenharia no Brasil – Séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Clávero, 2ed. 1994.
- ² OLIVEIRA, Mário Mendonça de. Reflexiones sobre la enseñanza politécnica y la ingeniería civil en el Brasil. In: Actas del Noveno Congreso Nacional y Primer Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Arquitectura (Segovia). Madrid: Instituto Juan de Herrera, V.3, 2015. p. 1227-1337.
- ³ Observar a tradução literal do título da escola da França.
- ⁴ SILVA TELLES, Pedro Carlos da. Op. Cit. p. 101. Neste texto, o autor declara que, para o levantamento da estrutura acadêmica destes cursos, foram muito importantes as investigações efetuadas pelo Prof. Paulo José Pardal.
- ⁵ SILVA TELLES, Pedro Carlos da. Op. cit. p. 102.
- ⁶ Idem, Op. cit. p. 103.
- ⁷ WILDBERGER, Arnold. Biografia e descendência do Marechal de Campo Francisco Pereira de Aguiar (1820-1903). IGHBA, 1957. p. 17. Grafia original.
- ⁸ Província da Bahia. "Falla dos Governadores de Província – 1823. Presidente Miguel Calmon du Pin e Almeida". Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1923. p.2.
- ⁹ Província da Bahia. "Falla dos Governadores de Província – 1838. Presidente Thomaz Xavier Garcia de Almeida". Salvador: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, Quina oposta á do Aljube, 1839. p.11. Grafia original.
- ¹⁰ Correio Mercantil, Jornal Político, Comercial e Literário. Salvador: Segunda Feira, 1º de outubro de 1838, v. III, nº 567. p.1.
- ¹¹ Gazeta de Lisboa. Nº 282, segunda feira, 29 de novembro de 1824. p. 1331. Grafia original.
- ¹² Província da Bahia. Relatório do Dezenbargador João José de Moura Magalhães no acto de entrega do seu governo. Salvador: Typographia de João Alves Portella, 1848, p. 9: "Foi nomeado Director da Junta Administrativa das obras publicas, o tenente coronel do Imperial Corpo d'Engenheiros, que por ordem do Governo Geral viera para este fim..."
- ¹³ APEB, REG 427.
- ¹⁴ SAMPAIO, Consuelo Novaes. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal/ Odebrecht, 2005. p. 107-108.
- ¹⁵ Segundo Wildberger, Francisco Pereira Aguiar concluiu o curso da Academia Militar em 1842, regressando a Salvador, sua terra natal, no início de 1843. Nesta condição, imaginamos que Aguiar pode, inclusive, ter sido um dos assessores.
- ¹⁶ Província da Bahia. "Falla dos Governadores de Província – 1845. Presidente Francisco José de Souza Soares d'Andrea". Salvador: Typographia de Galdino José Bizerra e Companhia. Rua do Saldanha, casa nº 16, 1845. p. 37.
- ¹⁷ Correio da Bahia. Lei Nº 91, de 25 de agosto de 1838.
- ¹⁸ Província da Bahia. "Falla dos Governadores de Província – 1845[...]. op., cit., p. 41. Grafia original.
- ¹⁹ Correio da Tarde. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1848. p.3.
- ²⁰ Província da Bahia. "Falla do presidente de Província João José de Moura Magalhães, em 25 de março de 1846". Salvador: Typographia de João Alves Portella, Rua da Oração, Casa 28, 1848. p. 25.
- ²¹ SAMPAIO. Consuelo Novais. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal/ Odebrecht, 2005. p. 139.
- ²² WILDBERGER, Arnold. Biografia e descendência do Marechal de Campo Francisco Pereira de Aguiar (1820-1903). IGHBA, 1957. p. 17.
- ²³ Governo da Província. Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, Tomas Xavier Garcia de Almeida, na abertura da Assembléa Legislativa. Salvador, Bahia, Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1839.
- ²⁴ Engenheiro militar gaúcho (1818 -1891), que alcançou o posto de Brigadeiro e o título de Barão de Bujuru.
- ²⁵ APEB. Falla do Presidente de Província do ano de 1842, p. 10 e 14.
- ²⁶ Governo da Província. Falla do Presidente da Província da Bahia, Conselheiro Antônio Ignácio d'Azevedo, na abertura da Assembléa Legislativa. Salvador: Typ. Guaycuru, 1847. A "Estrada das Boiadas", que principia na Lapinha, é também chamada de Estrada da Liberdade, em virtude de ser o caminho percorrido pelas tropas baianas na retomada da Cidade de Salvador das mãos do General Madeira de Melo, no 2 de julho de 1823.
- ²⁷ AZEVEDO, Paulo Ormindo D. de. P. 34.
- ²⁸ O ascensor original, em estrutura metálica, inaugurado em 1873, que antecedeu o nosso Elevador Lacerda, executado nos anos 30 do século XX.
- ²⁹ SAMPAIO, Consuelo Novaes. 50 anos de urbanização – Salvador da Bahia no Século XIX. Rio de Janeiro: Versal. p. 252.
- ³⁰ APEB. Falla do Presidente de Província do ano de 1856, p. 214.
- ³¹ APEB. Falla do Presidente de Província do ano de 1858, p. 115.
- ³² APEB. Falla do Presidente de Província do ano de 1861, p. 44.
- ³³ CEAB, nº 195/09. Apud: PESSOA, Yumara. O mar como testemunha: A modernização do bairro da Barra (1850-1950). 2017. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. FAUFB. Salvador 2017.p.90.
- ³⁴ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo (BA) – 1823 a 1889. Ano 1857/Edição 00001, p. 39 e 40.
- ³⁵ APEB. Relatório 1878, p. 23.
- ³⁶ SAES, Alexandre Macchione. Modernização e concentração do transporte urbano em Salvador (1849-1930). Tramway modernization and concentration in Salvador, Bahia, Brazil (1849-1930). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 219-238. 2007. P.220.
- ³⁷ http://www.ebiografia.com/andre_reboucas/ehttp://www.bahia-turismo.com/cachoeira/antonio-reboucas.htm
- ³⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Marcelino_de_Sousa_Aguiar e <http://www.famososquepartiram.com/2013/11/souza-aguiar.html>



As Forças Terrestres e os desafios da Independência

Nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina

Uma abordagem institucional das forças terrestres na transição da independência

A primeira Fala do Trono do Imperador D. Pedro I, em 3 de maio de 1823, afirmava, com certo triunfalismo, que os três problemas que afetavam o Exército estavam sendo enfrentados e vencidos:

"O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente, nem disciplina: de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai se completando conforme o permite a população; e de disciplina em breve chegará ao auge, já sendo em obediência o mais exemplar do mundo." (FALAS DO TRONO, 1977, p. 34).

Os acontecimentos posteriores, ao longo do primeiro reinado, mostraram a diferença entre a retórica e a realidade. Embora gradualmente se consolidando, o Exército, ou de modo mais amplo o conjunto das forças terrestres, ainda teria um longo caminho a percorrer para que os três aspectos se efetivassem e as tropas pudessem se equiparar aos modelos que inspiravam muitos de seus líderes – o da França napoleônica, o do Duque de Wellington e o prussiano da época de Frederico.

Com a independência, era evidente a todos os agentes políticos que se necessitava instituir um Estado. Na América, os demais países hispano-americanos e antes deles os Estados Unidos construíam suas instituições públicas, em parte derivando-as da experiência colonial e sobretudo procurando inovar de acordo com os novos fundamentos iluministas e liberais que justificavam a ruptura com a dominação colonial.

Fazenda, guerra, justiça eram os grandes ramos da administração pública que se desenvolviam desde a monarquia absoluta e que continuavam significativos nos novos tempos constitucionais.

No caso brasileiro, como de tantos outros países americanos, a tarefa de instituir o Estado foi paralela à de lutar por sua independência com o antigo colonizador. O Imperador, aclamado em 12 de outubro de 1822 e sagrado em 1 de dezembro, completou sua agenda política com a instalação da Assembleia Constituinte e Legislativa em maio do ano seguinte, quando proferiu a Fala do Trono inaugural. Mas enquanto isso ainda havia resistência contra a independência em várias províncias, por parte da tropa portuguesa e de forças políticas locais.



"Sessão do Conselho de Ministros", obra de Georgina de Albuquerque, 1922

Estava em jogo não apenas a independência, mas o projeto de manter íntegra a ex-colônia.

Dessa forma, à necessidade normal de constituir um dos braços da administração pública, o exército e a marinha, somavam-se duas outras, de características excepcionais: a de lutar tanto pela soberania recém proclamada e não reconhecida por Portugal quanto pela integridade territorial do país a partir do centro político no Rio de Janeiro, contestada por lideranças políticas em várias províncias.

As novas forças armadas surgiam no bojo de transformações profundas do Estado e da cultura política.

A monarquia absoluta, na sua fase de aprofundamento do poder central, o “absolutismo” do século XVIII - denominação pejorativa surgida na Revolução Francesa e que logo se estendeu a todo o sistema político desde a baixa Idade Média – transitava para o Estado contemporâneo. Os diversos conselhos que auxiliavam o governo da monarquia, com membros da nobreza, do clero e mesmo do Terceiro Estado (MARAVALL, 1972, vol. II, p. 467), foram sendo gradualmente esvaziados e substituídos pelo poder das secretarias de Estado,

ministérios especializados em determinados setores político-administrativos que passaram incólumes pela Revolução e iriam constituir a espinha dorsal do Estado administrativo como hoje o conhecemos. Em Portugal foi o que sucedeu ao antigo Conselho de Guerra, cujas funções foram gradualmente ocupadas pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sucedida no Brasil desde o primeiro gabinete de D. Pedro, pelas pastas distintas da Guerra e da Marinha (SUBTIL, 1993, vol. III, p. 178).

O Estado administrativo constituiu, na clássica explicação de Weber, uma organização burocrática profissional, com legislação, critérios funcionais e hierarquia próprios, modelo que se estendeu igualmente às forças militares.

O Estado dessa forma caracterizado era um ente frio, logicamente definido a partir do racionalismo iluminista. Deu-lhe vida e calor uma outra realidade política, a Nação.

O rei absoluto reinava, como aparece nos discursos oficiais, sobre “povos”. O plural era significativo das diversidades regionais, étnicas e linguísticas. Na segunda metade do século XVIII, por diferentes razões já amplamente discutidas, em diferentes países os “povos” amalgamaram-se no “povo”, numa identidade de língua e história, à qual não faltaram interpretações forçadas e estratégias de memória social, muitas vezes com hostilidade às manifestações particulares (WEHLING, 2003, p. 39).

A síntese da comunidade política transferiu-se assim da figura do rei para o novo ente político e logo jurídico, a Nação. Essa nova “pessoa moral”, na expressão de Jouvenel (1978, p. 113), passava a representar o conjunto do povo e legitimar sua orga-

nização político-administrativa, o Estado. A monarquia passa dessa forma – quando subsiste, o que não aconteceu nos Estados Unidos e na América espanhola – a ser vinculada à Nação: Napoleão é o “Imperador dos franceses”, D. Pedro e os constituintes de 1823 sentiam-se representantes da Nação, o primeiro pelo atributo que lhe deu a Câmara do Rio de Janeiro, de “defensor perpétuo” do país, os deputados pelas eleições que os legitimaram.

Quando as tropas existentes no Reino Unido – as de linha e as milícias – chegaram à independência, passaram crescentemente a se considerar representantes armados da Nação, sentimento análogo ao do “povo em armas” das Revoluções Americana e Francesa e estimulado pela guerra da independência e a hostilidade aos portugueses.

A experiência colonial – um legado

“As principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil.”

Essa afirmação do ministro Martinho de Melo e Castro, feita em 1775 nas instruções que deu ao governador de Minas Gerais, Antônio de Noronha, foi reiterada naquela que encaminhou ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, em 1779 (VARNHAGEN, 1975, IV, 285).

Era o explícito reconhecimento de que Portugal, exaurido pelos conflitos com os espanhóis no sul da colônia e pela necessidade de fortalecer suas fronteiras europeias, não tinha condições de manter tropas de primeira linha no Brasil em quantidade suficiente para sua defesa. Não era aliás muito diferente a situação da Espanha, cujas colônias americanas desde a Califórnia e a Flórida, ao norte, até a Patagônia também tinham escassos contingentes de tropas metropolitanas.

A realidade do último quarto do século XVIII repetia as linhas gerais da colonização portuguesa em âmbito militar. No regimento dado ao governador Tomé



“Ordenanças do mato” extraído do Álbum de Aquarelas sobre uniformes militares do Brasil colônia, século XVIII

de Sousa, em 1548, recomendava-se que os moradores da Bahia tivessem armas para eventuais combates com indígenas e invasores europeus. Em 1570 foi baixado um Regimento das Ordenanças, válido também no Brasil, pelo qual se determinava a definição do total de homens em armas em cada vila do reino. Cada 25 homens relacionados formavam um esquadrão dirigido por um cabo e dez esquadrões formariam uma companhia, com capitão, alferes, sargento, meirinho, escrivão e cabos (MENDONÇA, 1972, I, p. 153).

A vigência do Regimento das Ordenanças não se constituía, entretanto, na concretização da ideia da “nação em armas” da Revolução Francesa. Tal interpretação já foi chamada de “mito das Ordenanças” e projeta para o passado uma realidade do nacionalismo europeu oitocentista. As Ordenanças destinavam-se sobretudo ao conhecimento do potencial demográfico do país e às possibilidades de sua utilização em caso de necessidade militar, mas não eram nem no momento de sua formulação nem no desempenho posterior da instituição uma efetiva massa militar integralmente mobilizada ou mesmo mobilizável. Uma provisão do governo pombalino, de 1758, ampliou as expectativas em relação a elas, mas na verdade permaneceram na situação de reservas pouco acionadas (WEHLING, 1986, p. 200). Mais eficazes foram as tro-



Auxiliares (milícias) do Sertão/PE, século XVIII

pas que se organizaram, como milícias, em diferentes momentos da história colonial, reunidas nos chamados “terços” e como tal oficialmente reconhecidas, como ocorreu nas invasões holandesas.

Já no final do século XVIII, em 1796, um decreto do príncipe regente D. João organizava as milícias em segunda linha militar, de acordo com a orientação anteriormente dada por Martinho de Melo e Castro. Reconhecia uma situação de fato, pois já havia diversos corpos milicianos nas capitâncias, não obstante continuar existindo em tese ainda uma terceira “linha” de Ordenanças, um fundo recrutável de homens entre 18 e 60 anos.

Milícias e Ordenanças tinham não apenas caráter militar, mas social, político e jurídico. A obtenção de patentes dava certo grau de enobrecimento, porque se tratava de “cargos da república”, que seus detentores e descendentes podiam invocar ao pleitear

favores e distinções reais – os bacharéis que se apresentam ao concurso de ingresso na magistratura portuguesa frequentemente invocabam essa condição de seus pais ou avós (WEHLING & WEHLING, 2004, p. 249). O próprio exercício dos cargos superiores das milícias dava poder político a seus ocupantes. Todas essas atividades eram sancionadas juridicamente por patentes e outros documentos que as comprovavam, o que significa dizer que também eram instrumento de mobilidade social.

Na segunda metade do século XVIII as necessidades militares aumentaram, sobretudo devido aos conflitos com os espanhóis no Rio Grande e na colônia do Sacramento, caracterizando uma extensa faixa de fronteira móvel, porque disputada pelos dois países ibéricos (COSTA, 2021, p. 296). Ampliou-se a tropa de linha com a chegada de regimentos portugueses e foram tomadas algumas medidas no âmbito do ensino militar para aperfeiçoar a formação dos oficiais e o desempenho das ações, como a aula de arquitetura militar em 1774 e a criação, pelo vice-rei conde de Resende, de duas academias militares, em 1792 e 1795. Insistiu-se também na prática do recrutamento, cujos abusos suscitaram reiterados protestos aos governos colonial e metropolitano.

A figura central da liderança militar era o governador ou o vice-rei, conforme local e época e acentuou-se a tendência para que tais cargos acumulassem funções militares, predominando de finais do século XVIII ao período joanino a figura do “governador capitão general”.

De 1799 temos uma informação circunstanciada sobre a situação militar do Rio de Janeiro – a principal praça da colônia – contida no *Almanaque histórico da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, de Antônio Duarte Nunes, um tenente do regimento de artilharia aí sediado. Pelo documento somos informados que o “corpo militar” da capital constava de um esquadrão da guarda do vice-rei, com duas

companhias, três regimentos de infantaria (com oito companhias e um “pequeno estado maior”) e um de artilharia (com dez companhias e um “pequeno estado maior”), além de militares lotados nas fortalezas da cidade e na Academia Militar (ALMANAQUE, 1966, p. 118).

O “corpo de Milícias” constava de um regimento de cavalaria, com sete companhias e quatro regimentos de infantaria com dez companhias em cada, sendo uma de granadeiros, uma de caçadores e as demais de fuzileiros. Todos os regimentos dispunham de um “pequeno estado maior” (ALMANAQUE, 1966, p.112).

O “corpo de Ordenanças” era composto de 14 companhias e ainda chefiado, como tradicionalmente, pelo “capitão-mor” (ALMANAQUE, 1966, p.121).

Pode-se concluir que, exceto pela situação das Ordenanças, cumpriu-se com razoável sucesso a política de Martinho de Melo e Castro, de atribuir maior relevância ao papel das tropas locais, fenômeno aliás que se repetia na América espanhola.

À chegada da Corte, a colônia sofria os efeitos positivos, a despeito das muitas limitações, da conjugação de vários fatores: o estímulo às milícias – de que foi o melhor exemplo em termos de organização e desempenho a Legião de São Paulo – a presença de tropa paga portuguesa, a melhora das fortificações e a preocupação com um sistema integrado de defesa (WEHLING, 1986, P. 191).

Restavam problemas como o mau adestramento militar e a escassa disciplina, especialmente dos regimentos de milícias e ordenanças, a falta de organização, com o desrespeito aos “Livros Mestres” que os orientavam e o recrutamento que desorganizava a agricultura e o comércio. Dizia o cronista Luís dos Santos Vilhena sobre a Bahia de fins do século XVIII – juízo que pode ser estendido às demais capitâncias por outros testemunhos posteriores: “*logo*

que nos campos e vilas se fazem recrutas é infalível a carestia e fome na cidade...” (VILHENA, 1922, vol. I, p. 257).

Mesmo a tropa de primeira linha não estava isenta de dificuldades. Os dois regimentos de infantaria de Salvador à mesma época tinham um terço de seu efetivo reduzido por diferentes razões, enquanto o de artilharia limitava-se à metade (VILHENA, 1922, vol. I, p. 258-260). Já nos regimentos de milícias a situação era melhor, com cerca de 10% de redução.

A reorganização joanina

A transferência da Corte para o Rio de Janeiro promoveu transformações importantes na máquina do Estado, em especial nas políticas em relação à justiça e à área militar. O ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, atuante de 1808 a 1812, teve papel relevante no processo.

A política centralizadora da Corte, indispensável para viabilizar o governo fluminense de D. João, bem como novas necessidades militares explicam tal orientação, que teria consequências para o momento da independência.

Desde 1736 havia sido criada a secretaria de Estado da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, fugazmente separada em 1798 e logo reconstituída. Assim, quando se transferiu a Corte, os assuntos militares estavam nela atendidos, tendo como primeiro titular no Brasil a Sousa Coutinho (SUBTIL, 1993, VOL. III, p.179). Foram tomadas medidas com o objetivo de ampliar a força militar terrestre disponível nas áreas de organização, armamento (e sua fabricação), ensino e logística. No primeiro aspecto foram relevantes a criação do Conselho Supremo Militar, em 1808, e a Junta do Arsenal Real do Exército, em 1811, integrada pela intendência, contadoria, depósitos (armazéns) militares, inspeções gerais da artilharia e da casa da pólvora e tesouraria (ALMANAQUE, 1966, p. 230).

Também inovação significativa em matéria de comando, supervisão, comunicações e administração geral foi a introdução no Brasil do Estado Maior do Exército, crescentemente valorizado no contexto das guerras da Revolução Francesa e pelo papel que lhe foi atribuído por Napoleão, auxiliado pela objetividade do general Berthier em “interpretar e traduzir em ordens precisas as intuições e decisões fulgurantes” do Imperador (LENTZ, 2008, p. 117).

Em 1816 o Estado Maior era chefiado por um dos três tenentes generais da ativa, Vicente Antônio de Oliveira, e lhe competia a direção do Quartel General da Corte, o Governo das Armas, a Inspeção Geral de Artilharia (exercida cumulativamente pelo chefe do Estado Maior), a Inspeção da Infantaria de Linha e Milícias, a de Cavalaria de Linha e Milícias, a inspeção da fábrica de pólvora e a secretaria do Conselho Supremo Militar (ALMANAQUE, 1966, p. 276-279).

A Corte dispunha em 1816 de um regimento de cavalaria, um de artilharia e três de infantaria na primeira linha, além de 15 regimentos de infantaria, três brigadas ligeiras e três regimentos de cavalaria de milícias.

Comparando-se 1799 com 1816, constata-se que, além do fortalecimento militar da nova capital do Reino Unido e do aperfeiçoamento organizacional, o modelo preconizado pelo ministro Melo e Castro consolidou-se, com a ampliação das tropas milicianas.

Em matéria de necessidades militares motivadas pelos conflitos, ocorreu uma continuidade entre fins do século XVIII e o período joanino. Ao sul as amplas faixas de fronteira disputadas com os espanhóis e as lutas anteriores a 1808 prosseguiram com as campanhas de 1811 e 1816-1820 para a incorporação da Banda Oriental, na consecução da antiga política bragantina de chegar à foz do rio da Prata. Situações militares novas foram a conquista da Guiana francesa, em 1809 e a repressão à Revolução Pernambucana, em 1817. Todas essas eram

necessidades concretas que aumentaram a escala dos recursos militares – inclusive o sempre impopular recrutamento - e puseram à prova as medidas de reestruturação do governo joanino no Brasil.

As forças terrestres e os desafios da independência

O “desquite amigável” a que se referiu o historiador Oliveira Lima em seu livro *O movimento da independência*, a despeito de não ser nenhuma afirmação de princípio, foi revisto na medida que se conheceu melhor a guerra que teve lugar em várias províncias (LIMA, 1989, p. 11). José Honório Rodrigues destacou o volume de forças mobilizadas, a intensidade dos combates e o caráter nacional (no sentido da participação de oriundos de diferentes províncias) do conflito (RODRIGUES, 2002, p.13) para caracterizá-lo como cruento, e trabalhos recentes corroboraram essa perspectiva. Hélio Franchini Neto atribuiu o que chamou de “mito da independência pacífica” à presença portuguesa junto a D. Pedro, a distância do Rio de Janeiro das operações militares e à construção posterior da ideia de uma forte identidade nacional pré-existente à separação, fazendo obscurecer o papel da resistência ao movimento (FRANCHINI NETO, p. 639) .

Tropa portuguesa no Rio de Janeiro, na Bahia e na Província Cisplatina em 1822, conflito armado no Recôncavo baiano, no Piauí, Maranhão e Pará, era o quadro militar na conjuntura da independência. Podemos considerar em relação ao assunto dois momentos, o da guerra de independência propriamente dita, 1822-1823, concluída pela adesão do Pará em agosto deste ano e o do início da consolidação institucional das forças armadas, exército e marinha, a partir de 1824. O marco final para a consolidação poderá variar de acordo com os critérios adotados.

A primeira questão que se apresentou nessa matéria foi ditada pelo agrava-

mento da crise entre o governo do Rio de Janeiro e as Cortes portuguesas, em dezembro de 1821 e janeiro de 1822. Daí por diante foi colocada à tropa de primeira linha a opção entre permanecer fiel à metrópole ou aderir ao comando do príncipe regente. José Honório Rodrigues data de 11-12 de janeiro, logo após o Dia do Fico, “*a separação militar Exército brasileiro – Exército português*”, com os oficiais superiores e demais militares portugueses tendo de optar entre os dois lados e os militares brasileiros sentindo-se desobrigados da lealdade a Portugal (RODRIGUES, 2002, p. 77). A ruptura consolidou-se com a ampliação da convocação das tropas de segunda linha, as milícias já estruturadas e que vinham da experiência militar colonial.

Tropas portuguesas em Niterói

A urgência provocada pelos conflitos com as tropas portuguesas e a própria incerteza da adesão das províncias e de setores da sociedade – como os comerciantes portugueses de diversas praças – adiaram a organização do Exército e da Marinha. Entre 1822 e 1824 as medidas tomadas concentraram-se na arregimentação de tropas com vistas aos enfrentamentos da guerra de independência, como os pedidos a Minas Gerais e São Paulo para o envio de milícias para reforçar o Rio de Janeiro formulados desde janeiro de 1822 (RODRIGUES, 2002, p. 78). Uma legislação tópica nesse período estabeleceu, em diferentes instrumentos, aumento de soldos e gratificações, normas de recrutamento, prazo de serviço para voluntários, anistia para deserções e criação de novas unidades militares (MAGALHÃES, 1998, p. 250).

Eram medidas empíricas e emergenciais, ditadas pelas circunstâncias do conflito e que utilizavam estruturas e procedi-



O imperador (de costas) em seu uniforme de generalíssimo - “Costume des Ministres, Secrétaires d’État - étude” obra de Jean-Baptiste Debret, 1826

mentos que vinham da experiência militar anterior, da colônia e do período joanino.

Em 1824, antes da primeira lei de organização do Exército, o “corpo militar” sediado na capital era composto, como informa o *Almanaque do Rio de Janeiro*, pelos ajudantes de campo do Imperador, governo das armas da Corte e províncias, departamento do ajudante general, Quartel Mestre General e Estado Maior. As tropas de primeira linha compreendiam o batalhão do Imperador, o de granadeiros, o de estrangeiros, os de caçadores (quatro), o regimento de artilharia, as brigadas de artilharia a cavalo e de posição, o regimento de cavalaria, o esquadrão de Minas, o regimento de caçadores de São Paulo (“leais paulistas”), a divisão militar de polícia e o corpo de veteranos (ALMANAQUE, 1969, p. 342). Todas as unidades eram estruturadas em comando, ajudantes e demais oficiais. As tropas de segunda linha constavam de quinze regimentos de infantaria, quatro batalhões de caçadores, cinco regimentos de cavalaria, batalhão de artilharia de milí-

cias e corpo de ordenanças da Corte. Também as milícias seguiam a organização de comando, ajudantes do comando e oficiais (ALMANAQUE, 1969, p. 350).

O Imperador era o generalíssimo das forças armadas, com fardamento especial distinto daquele dos demais generais, no que se repetia a tradição do rei no comando direto das tropas. O título atribuído a D. Pedro I foi, aliás, criticado por Cipriano Barata, um adepto de liberalismo radical, no jornal *Sentinela da Liberdade na Guarda de Pernambuco* em abril de 1823, dez dias antes da abertura da Assembleia Constituinte (SENTINELA, n. 5). No mesmo texto o autor defendeu a organização de forças armadas provinciais e não nacionais.

Podemos somente falar de um início de consolidação institucional, formalmente, a partir da Constituição de 25 de março de 1824 e do decreto de 1 de dezembro do mesmo ano.

Na Constituição, o capítulo VIII tratava da “força militar”. Os artigos 145 a 150 determinavam a obrigatoriedade do serviço militar em casos de luta pela independência ou “*inimigos externos ou internos*”, o caráter “*essencialmente obediente*” da força, a competência privativa do executivo para empregá-la e a elaboração de um ordenamento especial para a organização do Exército e da Marinha. O último aspecto começaria a ser colocado em prática pelo decreto de 1 de dezembro.

Ao longo de 1824, embora sem existir legislativo em funcionamento para elaborar as novas normas, foram tomadas medidas tendentes a uma organização mais estruturada e menos empírica do Exército. Por decretos de 20 de fevereiro e 4 de novembro, foram respectivamente reestruturados o Quartel General e os corpos da segunda linha. Mas foi o decreto de 1 de dezembro que procurou dar solução mais abrangente, reorganizando e renumerando todas as unidades de primeira e segunda linha (exceto as do Imperador, o respectivo

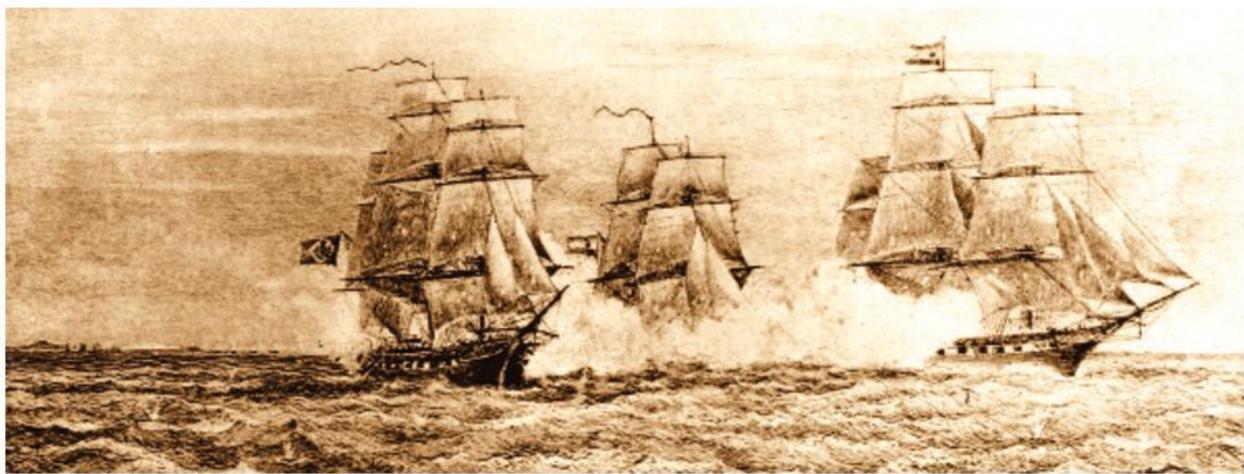
batalhão e a Imperial Guarda de Honra), estabelecendo critérios para as promoções e definindo a distribuição das forças de modo não linear. Atendeu assim às características e circunstâncias específicas, como ocorreu com a artilharia em função da diferença entre as fortificações. Previa-se no mesmo documento o aumento gradual das forças militares de acordo com as possibilidades financeiras e o aumento da população (COLEÇÃO DE LEIS, 1829, vol. I, p. 392). Tratou-se de um plano abrangente, que contemplava as três forças e as duas linhas em todo o território nacional (BARROSO, 2000, p. 48). Objetivava-se com isso pela primeira vez a coesão do exército a partir de uma concepção unificada.

A implementação das medidas não foi imediata nem cabal, pois somente em 1829 se reintroduziu formalmente o Livro Mestre, adotando-se – ainda uma permanência - a denominação portuguesa do Antigo Regime para o registro dos assentamentos da carreira militar, posteriormente “almanaque” (MAGALHÃES, 1998, p. 257).

No mesmo espírito reformador do decreto de 1 de dezembro de 1824, formularam-se normas para a instrução de oficiais brasileiros em escolas militares europeias, a realização de manobras na Corte e a vinda de militares estrangeiros, com a possibilidade de serem incorporados, com promoção, ao Exército Brasileiro (MAGALHÃES, 1998, p. 258).

A organização militar em construção abriu espaço para a utilização de mercenários e de tropas heterodoxas.

Mal se consolidara a independência e o problema da província Cisplatina suscitou a guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Procurou-se, entre outras providências, o recurso a tropas mercenárias composta por estrangeiros, em especial naturais dos diferentes estados alemães e irlandeses, mas a experiência foi abandonada após sérios revezes já muito estudados na historiografia.



Combate naval de Montevidéu (Guerra da Cisplatina) em 11 de abril de 1826, retratado por Gaston Rouillet, seguindo orientações do Barrão do Rio Branco. Acervo: Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

No caso das tropas heterodoxas, elas já vinham das lutas coloniais contra invasores estrangeiros – e eram heterodoxas não apenas pelo armamento, pelo treinamento ou pelo fardamento (que frequentemente nem existia), mas pelas táticas de guerrilha de que se valiam – aquele “exército dos povos sem exército”, na expressão de André Corvisier (1988, p. 424). Na guerra de independência na Bahia foram os corpos de jagunços e “couraças” (BARROSO, 2000, p. 46), fenômeno que se repetiu em outros teatros de operações e o tenente coronel José Joaquim de Lima e Silva chegou a elaborar oficialmente um plano para a utilização da guerra de guerrilha no Brasil (RODRIGUES, 2002, p. 90).

Boa parte das dificuldades que determinaram a demora e percalços na estruturação das forças militares se explica pela falta de recursos, obviamente agravada pela eclosão em poucos anos de dois conflitos de monta, a própria guerra de independência e a guerra com as Províncias Unidas. A historiografia militar sempre destaca a discrepância entre objetivos e planejamento, de um lado e sua viabilidade material, de outro (MAGALHÃES, 1998, p. 262).

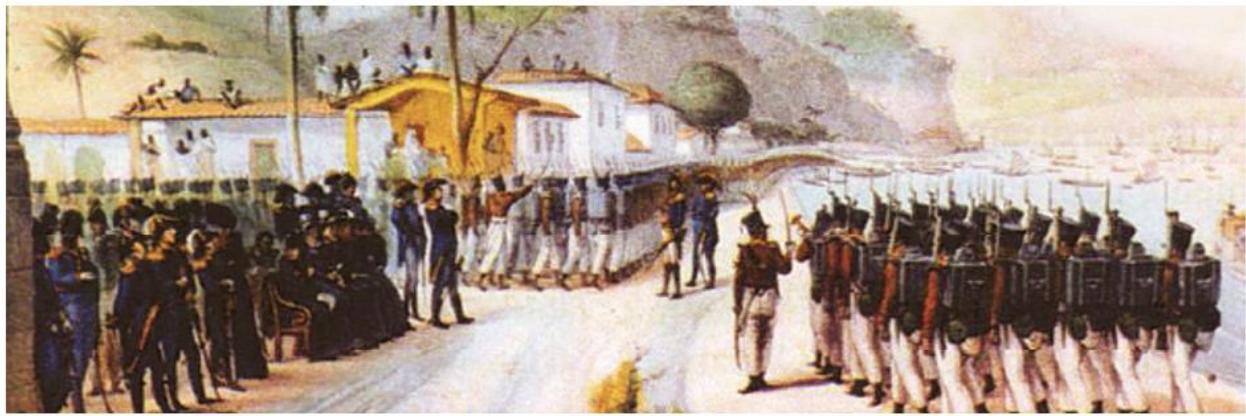
No balanço orçamentário de 1824, ano intermediário entre os dois conflitos, a despesa com o Exército era de 1.887:508\$279 rs, com a Marinha

1.543:918\$292 rs e com o Tesouro (isto é, o restante das despesas públicas, exceto a Casa Imperial), de 5.894:695\$710, o que corresponde a cerca de 19,6% do total da despesa para a força terrestre (CARREIRA 1980, vol I, p. 127).

No balanço de 1827, terceiro ano da guerra com as Províncias Unidas, a despesa com o Exército foi de 2.105:351\$353 rs, com a Marinha 2.458:920\$834 para um total de 11.842.291\$546 rs, correspondendo ao primeiro 18,3% (CARREIRA, 1980, VOL. I, p.143).

O problema tornou-se grave, porém ao final do Primeiro Reinado, com inflação acentuada. Para o exercício de 1828-1829 a despesa com o Exército passou a 3.649:016\$836 rs, com a Marinha 2.910:538\$118 rs para um total de 13.911:492\$696 rs, o que elevou o percentual a 26,2% (CARREIRA, 1980, VOL.I, p.177). Para o exercício seguinte, 1829-1830, ao Exército coube 4.850:703\$629 rs, à Marinha 3.184:382\$026 rs, num total de 19.213:041\$935 rs, resultando num percentual para o primeiro de 25,2% (CARREIRA, VOL. I, p.178).

Pode-se concluir, portanto, que na conjuntura da organização do Estado nacional até o fim do Primeiro Reinado – para o qual alguns contemporâneos, como Teófilo Otoni, efetivamente estendem a indepen-



Acervo: Museu Imperial de Petrópolis

Marinha na Guerra da Cisplatina - "Tropas Brasileiras", Jean-Baptiste Debret, 1826

dência – o Exército representou cerca de um quinto a um quarto das despesas orçamentárias e o conjunto das forças, de 35% a 50%.

A situação do Exército ao final do processo de independência, quer o datemos de 1823, com a adesão do Pará, de 1824, com a Constituição ou mesmo de 1831, com a queda do Imperador, vista pelos liberais como a expulsão definitiva dos portugueses do governo, é a de uma instituição *in fieri*. Da mesma forma, aliás, que as outras instituições então criadas, o que nos leva a perceber inovações e igualmente fortes traços de continuidade. Na força terrestre, podia ser simbólica dessa situação o uso do termo luso-colonial “Livro Mestre” ainda em 1829, mas era concreta a realidade das milícias como segunda linha e da forma de recrutamento, ambas recordando a experiência portuguesa. O recrutamento continuava a ser percebido de forma negativa, na expressão unânime de cronistas, viajantes e mesmo autoridades. Handelmann dizia que “...se tornava amplamente odioso e somente pela força e por estratagemas, conseguia-se preencher as fileiras e o recrutamento tomava com isso a feição de verdadeira caçada ao homem” (MAGALHÃES, 1998, p. 261).

A organização do Exército – tomado como referência o processo de independência – concluiu-se em 1830, quando a Assembleia Geral confirmou e aperfeiçoou as medidas anteriores do executivo, subs-

tituindo a expressão (e as atribuições) de governador das armas pela de comandante das armas (28 de junho) e sobretudo ao elaborar a lei (24 de novembro) que fixava o quantitativo das forças de terra para o ano seguinte, o último do Primeiro Reinado (MATOS, 1837, vol. II, p. 169).

O brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, em 1834, publicou o primeirno volume de um muito útil *Repertório da Legislação Militar*, no qual assinalava dois problemas em matéria de organização das então nascentes forças armadas.

O primeiro era a falta de leis positivas em muitas matérias relevantes, o que levava à adoção de estilos jurídicos portugueses, que por sua vez escasseavam, fazendo com que fossem adotadas as normas dos exércitos inglês ou francês nos dois países. Isso acarretava o surgimento de “*um certo direito chamado Estilo Militar ou Leis Consuetudinárias do Exército e Armada*”, o que não podia agradar a um espírito cartesiano como o de Cunha Matos (MATOS, 1834, VOL. I, P. 10).

O segundo era, a seu juízo, ainda mais negativo: a pluralidade de normas. “*A nossa legislação militar é um caos; e não é raro encontrar vinte leis e ordens sobre o mesmo objeto, em contradição umas com as outras*” (MATOS, 1834, VOL. I, p. 11).

Muitos outros problemas restavam para se concretizar a construção do Estado, quer no âmbito militar, quer nos

demais setores da máquina pública. A resposta que a si mesmo deu o Imperador D. Pedro I na Fala do Trono de 1823 sobre a matéria militar revelou-se ufanista, ou pelo menos excessivamente otimista.

Mais realista foi sua posição na Fala do Trono de 3 de maio de 1830, ao reconhecer que o exército “carece de uma organização vigorosa”, pedindo aos deputados os meios legais para fortalecê-lo (FALAS DO TRONO, 1977, p. 127). Atitude que complementou na Fala por ocasião da convocação extraordinária de 3 de setembro

do mesmo ano, pedindo à Assembleia que promovesse “*a conclusão das leis que devem, segundo determina a Constituição, fixar as forças, tanto de terra, como de mar, ordinárias e extraordinárias*” (FALAS DO TRONO, 1977, p. 134).

Nesse aspecto foi atendido pela Assembleia Geral, com a lei de 24 de novembro de 1830, mas muito restava a fazer para consolidar tanto o Estado nacional quanto seu exército. O período regencial que se seguiu à abdicação do Imperador em 1831 foi crucial para definir os dois destinos.

Bibliografia

- ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1816. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 268, jul-set de 1965.
- ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1824. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, jan-mar de 1968.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Ouro Preto: 1829.
- CORVISIER, André. Les guerres populaires. In André Corvisier (dir.) *Dictionnaire d'art et d'histoire militaires*. Paris: PUF, 1988.
- COSTA, Sergio Paulo Muniz. *Cinco séculos de história militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação*. Rio de Janeiro: Walprint, 2021.
- FALAS DO TRONO. Brasília: Senado Federal, 1977.
- FRANCHINI NETO, Hélio. *Independência e morte. Política e guerra na emancipação do Brasil, 1821-1823*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As origens do Estado moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LENTZ, Thierry. *Napoleão*. São Paulo: Unesp, 2008.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *O movimento da independência (1821-1822)*. São Paulo: Edusp-Itatiaia, 1989.
- MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- MARAVALL, José Antonio. *Estado moderno y mentalidade social*. Madri: Revista de Occidente, 1972.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Repertório da legislação militar*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1834-1842.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: CFC-IHGB, 1972.
- RODRIGUES, José Honório. *Independência, revolução e contrarrevolução. As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO, n. 5, abril de 1822.
- SUBTIL, José. Os poderes do centro. In José Matoso (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- VILHENA, Luís dos Santos. *Notícias soteropolitanas e brasilienses*. Salvador: Imprensa Oficial, 1922.
- WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil, 1777-1808*. Brasília: Funcep, 1986.
- WEHLING, Arno. O conceito jurídico de povo no Antigo Regime. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 421, out-dez 2003.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil colonial*. O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

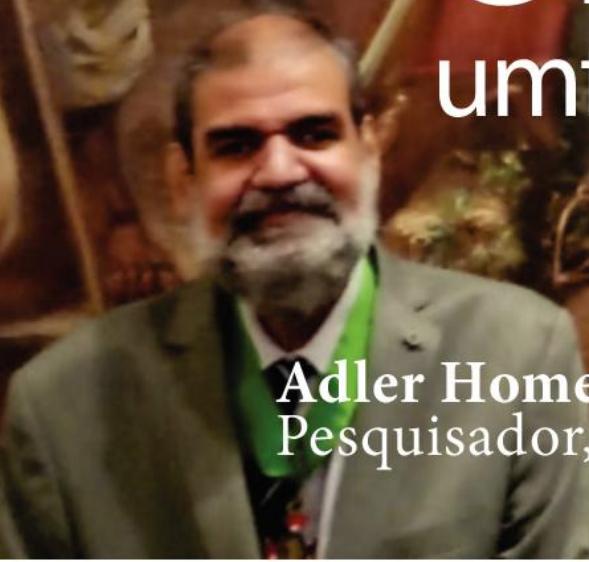
Arno Wehling

Graduado em História e em Direito, é Doutor em História e Livre Docente de História Ibérica (ambos pela USP), com Pós-Doutorado na Universidade Portucalense.

Professor Titular de Teoria e Metodologia da História (UFRJ), Professor Emérito de História do Direito e das Instituições (UNIRIO) e Professor Visitante nas Universidades de Lisboa e Portucalense. Na gestão universitária foi Chefe de Departamento e Decano de Centro na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Gama Filho, onde também foi Reitor.

Ocupa a cadeira nº 37 da Academia Brasileira de Letras e foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo atualmente seu Presidente de Honra.

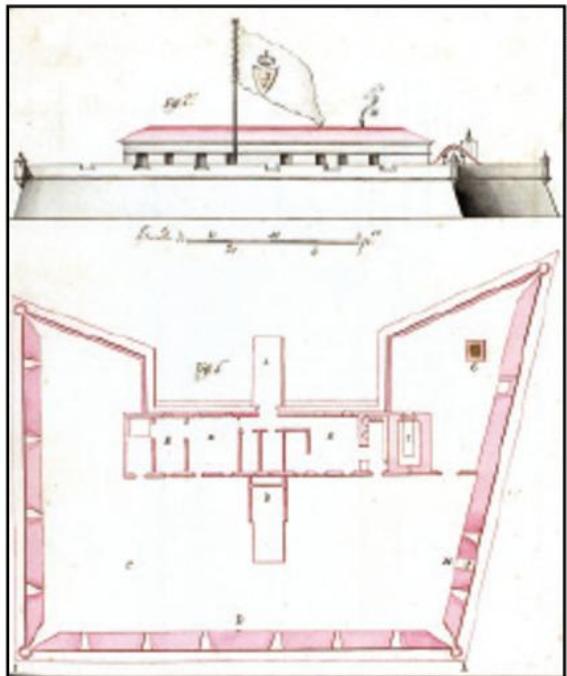
O 2 de julho é um feriado nacional?



Adler Homero Fonseca de Castro
Pesquisador, Associado Titular do IGHMB

Em 10 de julho de 1822, uma segunda-feira, uma força portuguesa, sob o comando do capitão Joaquim José Teixeira, apelidado de “Trinta Diabos”, atacou de surpresa o Forte de São Lourenço, em Itaparica. A força lusitana inutilizou os canhões do forte e depois saqueou a Vila de Itaparica, retirando-se em seguida para Salvador.

Como explicar essa ação militar praticamente ignorada nos livros de história do Brasil? O forte não estava controlado por uma força estrangeira – sobre ele flutuava a bandeira portuguesa. Os lusitanos também não estavam em guerra com ninguém. Ainda assim, foi um ataque traiçoeiro e fraticida, que resultou na morte de uma sentinela brasileira e no tratamento de civis brasileiros, indefesos, como se fossem inimigos da nação. O resultado foi uma operação militar de pequeno porte, mas de imensa importância simbólica no processo de obtenção da autonomia política para o Brasil, pois a dominação colonial por meio



Forte de São Lourenço com a bandeira portuguesa

Dominio publico

da força de armas ficava evidente, embora hoje em dia, como exposto antes, o ataque é praticamente desconhecido pela sociedade: quando em visita ao Forte de São Lourenço, não foi vista uma placa ou legenda explicando a relevância da fortificação na história nacional.

A questão dos conflitos que levaram à Independência é problemática na historiografia – os livros de história – do País. Na escola estudam-se os movimentos iniciais, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798), mas estes são tratados como movimentos isolados, relativos a Minas Gerais e Bahia. Não são vistos como uma reação de revolta de uma toda população colonizada contra seus oponentes europeus. De fato, alguns portugueses ainda hoje se recusam a chamar o Brasil de “Colônia”, pois oficialmente a América Portuguesa nunca teve tal denominação, causando uma confusão do nome “colônia” com a situação de colonizado. Jocosamente, alguns chegam a afirmar que, com a vinda da Família Real para o Brasil, Portugal sim é que passou a ser uma colônia – um claro exagero e uma tentativa de se reescrever a história de uma maneira que não aconteceu.

Para um brasileiro do final do século XVIII e primeiros anos do XIX, não havia dúvida de sua situação de colonizado, duramente explorado em benefício dos portugueses: não eram permitidas indústrias, todo o comércio exterior devia passar primeiro por Portugal, que servia como “atravessador”, encarecendo tudo o que era comprado pelos brasileiros; não podia haver uma imprensa local ou mesmo simples oficinas gráficas; não eram permitidos estabelecimentos de ensino superior; todas as repartições mais notórias funcionavam em Portugal, geridas por pessoas nascidas lá, e mesmo os administradores coloniais no Brasil eram, na sua maior parte, europeus, restando aos nascidos na América o exercício de cargos secundários. Pagavam-se pesados impostos para sustentar o fausto da corte em Lisboa e era preciso suportar uma série de monopólios, contribuições, subsídios e “empréstimos” forçados, criados para aumentar o envio de recursos para

a Metrópole. E esses impostos, às vezes, eram irracionais: a “contribuição para a Reconstrução de Lisboa”, cidade destruída por um terremoto em 1755, e que deveria ter sido cobrada por dez anos, ainda era arrecadada na Bahia passados 50 anos do desastre natural.



Ouro depois de cobrado 20% de impostos

Domínio público

Mesmo nas questões militares, que deveriam ser administradas de forma centralizada por Lisboa, deve-se frisar que a defesa do País ficava a cargo de tropas coloniais, que muitas vezes se empenhavam por décadas em projetos de interesse menor para os moradores locais: o recrutamento forçado no Rio de Janeiro e em São Paulo para lutar nas Guerras do Sul era levado a ponto de as autoridades coloniais mandarem prender as famílias dos possíveis recrutas, para que estes não fugissem. Essa forma de agir gerava grande descontentamento entre os moradores: Portugal não mandava tropas para lutar aqui, eram os brasileiros que arcavam com o custo monetário e de vidas com as campanhas militares, às vezes em casos de interesses restritos à família real portuguesa.

A consequência dessas ações é que, no final do século XVIII, já havia uma noção de ser brasileiro, em oposição à de ser português nascido na América, e que a condição daqueles nascidos nesta seria uma de explorado e oprimido. Como escreveu o baiano Luís Antônio Vilhena em 1801: “Não é das menores desgraças o viver em colônias.”

As tensões entre os interesses do Brasil e de Portugal exacerbaram-se a partir do retorno de D. João VI para a Europa,

motivado por interesses lusitanos que queriam voltar à situação anterior, de clara subordinação da América aos interesses de Lisboa. Já em novembro de 1821, haviam-se iniciado conflitos entre a população local e as tropas de ocupação portuguesas na Bahia, quando os moradores de Salvador se reuniram para exigir a renúncia da Junta Provisória, criada um mês antes. Entretanto, as manifestações de brasileiros foram dispersas pela força de armas, por ordem do coronel português Madeira de Melo.

Em 18 de fevereiro de 1822, o comandante de armas da Bahia, general de brigada Freitas Guimarães, brasileiro, foi substituído pelo coronel Madeira de Melo, algo que não foi visto como aceitável por brasileiros, que se reuniram no Forte de S. Pedro para resistir a essa intervenção lusitana na política local. As forças abrigadas no forte, contudo, não tinham evidente liderança, de forma que Madeira de Melo reuniu suas unidades portuguesas e ameaçou bombardear o forte; no dia 21, o general Freitas Guimarães rendeu-se, seguindo preso para Lisboa.

Mais importante do que o incidente entre as tropas brasileiras e lusitanas foi a forma como se portaram os soldados portugueses, tratando Salvador como uma cidade inimiga conquistada, saqueando prédios e assassinando várias pessoas nas ruas e em suas casas. Foi o que aconteceu com a abadessa Joana Angélica, morta a golpes de baioneta, enquanto tentava defender o convento da Lapa de saques por parte da soldadesca desenfreada. Foi um evento que chocou as pessoas na época, pois a abadessa deveria ter uma tripla proteção contra atrocidades: era civil, mulher e religiosa. No entanto, isso não a salvou das baionetas portuguesas: era evidente a separação entre os interesses de brasileiros e lusitanos, que



"Martírio de Joana Angélica", 1821

Fonte: Wikimedia Commons

passavam a tratar os moradores do Brasil como uma nação inimiga, a ser violentamente controlada, por meio de atrocidades contra a população.

A tensão com os portugueses foi crescendo. Poucos dias depois do ataque ao Forte de São Lourenço, a população de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, aderiu à causa de um país livre do julgo português, proclamando D. Pedro como Príncipe Regente e defensor do Brasil. Pode-se dizer que o evento, ocorrido em 25 de junho, quando a cidade se levantou em rebelião aberta contra as autoridades em Lisboa, é o verdadeiro momento inicial da Independência do Brasil, pois brasileiros declaravam um país que não mais seguiria as determinações emanadas da Europa.

Para tentar reprimir o movimento de Cachoeira, os lusitanos de Salvador enviaram uma escuna, um pequeno navio de guerra, a fim de tentar subjugar a cidade indefesa, atacando-a, assim como a vizinha



Aclamação de D. Pedro em Cachoeira - Antônio Parreiras, 1931.

S. Félix, com sua artilharia. Como se escreveu em uma proclamação ao Príncipe D. Pedro, a escuna “bombardeou, por alguns dias com balas e metralha não só os honrados cachoeirenses (cujo crime todo consistia em quererem ser brasileiros, e súditos de V.A.R) mas até seus inocentes edifícios”.

Entretanto, os moradores locais, usando de grande audácia e coragem, conseguiram tomar a embarcação portuguesa depois de quatro horas de combate noturno. Como escreveu o cronista Accioli, que viveu naqueles tempos:

“Foi um espetáculo tocante e maravilhoso o ver-se, que indivíduos de todas as classes, ainda mesmo aqueles que, por sua avançada idade, pouco podiam prestar-se no emprego das armas, se apresentaram unidos aos robustos, oferecendo-se a terminarem com eles a existência a bem da pátria.”

A vitória contra o navio português marcou o sucesso do movimento de autonomia em Cachoeira, que cada vez mais se configurava como uma guerra, um conflito

armado entre europeus e americanos. Na cidade, foi criada uma Junta Conciliatória e, de defesa, um governo autônomo local, que iria gerenciar as atividades de defesa.

O movimento dos brasileiros se espalhou rapidamente pelo recôncavo e pelo interior da Bahia: as câmaras municipais de São Francisco do Conde, Santo Amaro, Maragogipe, Inhambupe e Itapicuru de Cima logo se juntaram a Cachoeira, aclamando o Príncipe Regente D. Pedro como governante legítimo do País, que assim deixava de estar subordinado a Lisboa. Eram cidades importantes e muito ricas, pois eram polos exportadores de açúcar para a Europa, controladas por senhores de engenho, a “nobreza da terra”, associada aos interesses do Brasil.

Salvador tinha suas lealdades divididas: na cidade viviam burocratas portugueses e ricos mercadores e lojistas, que dependiam do comércio com a Europa para a sua riqueza, vendo como importante a manutenção dos laços com Lisboa, enquanto a população mais pobre e de classe média se alinhava com o movimento da Independê-

cia. Contudo, a cidade possuía grande guarnição de tropas portuguesas, muitos deles veteranos das guerras napoleônicas, reforçados por unidades lusitanas que haviam sido expulsas do Rio de Janeiro. Além disso, Salvador era um impressionante sistema de fortificações, erguido desde o século XVII, que tinha sido capaz de suportar dois longos assédios durante as guerras holandesas, em 1638 e de 1647 a 1648. Em face dessa superioridade de meios, as forças de patriotas não tinham como atacar diretamente as posições dos inimigos portugueses na cidade.

Por sua vez, a população fora de Salvador rapidamente se mobilizou para combater o inimigo europeu, reunindo milhares de homens no “Exército Pacificador da Bahia”. Eram uns poucos homens das tropas pagas que estavam fora da capital no início das hostilidades e soldados das milícias e ordenanças das cidades do recôncavo, bem como vindos fugidos de Salvador. Contudo, a maior parte das pessoas engajadas no combate era de patriotas, homens comuns, civis, que se uniram na luta pela liberdade do País.

A presença de voluntários deve ser ressaltada, pois uma relação das forças do Exército Pacificador em abril de 1823 apontava para a presença de 9.161 combatentes e 987 funcionários civis nas forças brasileiras, um número elevadíssimo quando se considera a população de toda a província da Bahia ser composta de cerca de 350.000 habitantes, dos quais um terço eram escravos; dos restantes, outros dois terços não podiam servir, por razão de sua idade ou sexo. Ou seja, entre os homens adultos livres, aproximadamente um em cada quatro moradores da Bahia, ou 25% de todos os que tinham condições de servir, estavam combatendo no Exército Pacificador. Para efeitos comparativos, é essencial mencionar que tais números implicam que, trazidos para o Brasil de hoje, com 210 milhões



Domínio público

Soldado português na Bahia

de habitantes, seria disposto um exército de 20 milhões de pessoas, um tamanho gigantesco para a atualidade, assim como os 10.000 combatentes no Recôncavo eram um número expressivo da população da Bahia em 1822 – e o cronista Acioli cita que, em toda a Bahia, a força mobilizada pelos brasileiros chegou a 20.000 homens.

Também se deve afirmar que o Exército Pacificador foi formado por patriotas voluntariamente apresentados para combater a opressão portuguesa. Essa é outra primordial questão, pois os livros de história militar do Brasil apontam o serviço militar como sendo extremamente impopular ao longo da história colonial do País, com recrutamentos em massa, feitos à força de armas, e os recrutas conduzidos acorrentados para suas unidades.

Deve-se afirmar que a aversão ao serviço militar é inegável verdade quando se trata da maior parte do período colonial e a primeira metade do século XIX: o serviço na tropa era visto como extremamente negativo, pois os recrutas eram forçados a assentar praça sem terem uma noção de quanto tempo serviriam – podia ser pelo resto de suas vidas naturais. Também eram

enviados para locais distantes de suas casas e famílias, o que era visto como um castigo particularmente pesado para recrutas do Norte e do Nordeste, muitas vezes designados para combater no frígido clima do Rio Grande do Sul.

A tudo isso se somava o fato de que muitos conflitos em que Portugal e o Brasil se envolviam eram impopulares, por se alongarem de forma indefinida, sem terem direto interesse para os moradores do Brasil: a Legião de São Paulo, uma tropa de milicianos, que como tal não deveria ser empregada por longos períodos ou fora das fronteiras da sua Província, marchou para combater no Rio Grande do Sul em 1817, ficando lá até 1828, em evidente contravenção aos próprios regulamentos militares oficiais – e isso em um conflito que era detestado, já que o objetivo inicial da operação foi de garantir que o Uruguai permanecesse fiel à coroa espanhola, tendo em vista os desejos da Rainha Carlota Joaquina, nascida na Espanha.

A documentação sobre a Guerra da Independência do Brasil deixa claro que esse padrão de recrutamento forçado não ocorreu no conflito de 1822 a 1823. Pelo contrário, abundam exemplos de mobilização popular espontânea, em várias províncias. No Rio de Janeiro, quando forças portuguesas ameaçavam bombardear a cidade em janeiro de 1822, quatro mil moradores da cidade se reuniram para proteger a pessoa do Príncipe Regente. Em setembro do ano anterior, quando moradores de Pernambuco se sublevaram contra o governo português, instaurando uma Junta local, forças voluntárias do interior da Província foram suficientes para expulsar as tropas lusitanas que ocupavam Olinda e Recife.

No resto do País, houve um esforço de defesa conjunto, com a apresentação de

voluntários, construção de fortificações por particulares, doações de material e de mão de obra: para aumentar o recrutamento, em 30 de janeiro de 1822 foi baixado um decreto reduzindo o tempo de serviço dos voluntários que se apresentassem, de oito para três anos. Em junho de 1824, foi baixado outro decreto, fixando o tempo de serviço dos voluntários para o período até o reconhecimento da Independência do Brasil. Na Bahia, são comuns as anotações nos livros mestres das unidades, com dizeres como: “Cabo João da Costa Barbosa. Assentou praça no recôncavo dessa Província com a condição de servir até a evacuação das Tropas Portuguesas que ocupavam aquela cidade” ou “Soldado Vitorio José Nogueira. Assentou praça com a condição de servir até ser reconhecida a Independência do Brasil pelo Governo Português.”

Entre os casos mais conhecidos de voluntários para combater contra os portugueses está o do jovem de 17 anos, Luís Alves de Lima e Silva, que abandonou os estudos da Academia Militar para se apresentar como praça no Batalhão do Imperador, o qual lutaria no Recôncavo. Outro exemplo é o de Maria Quitéria, cuja condição de mulher não seria sujeita ao serviço militar, mas preferiu se apresentar, falsificando tal condição para combater os portugueses.

Mais do que simples documentos em papel, a apresentação de voluntários registrada nas anotações nos livros mestres da tropa demonstra o interesse dos mais variados estratos da população em combater a opressão portuguesa: era um momento de desestruturação da organização burocrática colonial, ao mesmo tempo que ainda não havia se implantado firmemente nova organização administrativa, de maneira que tudo o que se fazia em termos de novo exército brasileiro era, de certa forma, improvisado.



Maria Quitéria - Domenico Failutti, 1920

Deve-se asseverar que a improvisação na formação do Exército nacional criava o potencial para mudanças: um dos grupos sociais que apoiou pesadamente a causa da Independência, apresentando-se como voluntários para lutar ou trabalhando na construção de fortificações, foram os negros. O Brasil colonial era um país escravagista e havia a possibilidade de nova nação independente mudar sua organização social, de forma que houve forte apoio desses grupos, na esperança de que ocorressem mudanças sociais. Por exemplo, os irmãos Antônio Pereira Rebouças e Manuel Maurício Rebouças, pai e tio dos famosos engenheiros do II Reinado, serviram no Exército libertador; Antônio como

secretário da Junta Provisória de Governo e Manuel, soldado que se envolveu em diversos combates, passando a ser depois o escrivão do Comissariado Geral [Intendência] do Exército Patriótico.

O engajamento de homens de cor nas fileiras foi favorecido pelo princípio adotado pelo Exército Brasileiro que se formava, de aceitar recrutamento de soldados negros e pardos, uma novidade, já que no Período colonial negros e mulatos só podiam servir nas milícias e ordenanças, e ainda assim em unidades segregadas, como os Henriques, de negros, ou os regimentos de Pardos. Era um embrião – muito inicial, é verdade, – de um exército integrado, muito adiante de seu tempo se comparado com outros países.

Por outro lado, se a participação popular na Bahia foi muito importante, como consequência se formou um exército de amadores, no qual o improviso imperava: as tropas não tinham treinamento, os líderes não tinham conhecimento técnico, não havia armamentos suficientes ou uma infraestrutura militar para atender a todos. Um autor escreveu sobre o comando dos patriotas: “Já se achava reunida na vila de Cachoeira uma força respeitável, que se incorporava de diferentes partes a sustentar a causa proclamada, mas os comandantes desta força, tirados em geral da classe pacífica da lavoura, não eram os mais hábeis para o ensejo...”. A situação dos meios materiais não era melhor: o Arsenal e os depósitos de artigos bélicos da Bahia, assim como os armazéns reais ficavam em Salvador, sob o controle lusitano. O resultado é que não havia armas ou sequer pólvora para municiar o material existente.

Soluções tiveram que ser improvisadas, como pode ser visto no Relatório do Conselho Interino em Prol do Império, publicado em 1823. Neste consta o seguinte:

“A pólvora parte foi tirada das lojas e casas de negócio, e parte fornecida por um cidadão, que a fabrica mui perfeitamente; que o chumbo foi tirado dos sinos das igrejas, serpentinas d’alambiques e pesos das vendas, à exceção da quantidade, que ultimamente recebemos do Rio de Janeiro; que as balas ou foram conquistadas ao inimigo, ou mendigadas de porta em porta àqueles que as tinham, para o uso de pesar; que em suma o Patriotismo Baiano fizera aparecer através de sacrifícios, [tudo] quanto ali se nota.” O relatório continuava, dizendo que faltava tudo: “Superabundava apenas o desejo de livrar a Pátria do julgo colonial”.

O trecho acima se referia ao Trem, o pequeno Arsenal montado em Cachoeira, mas o relatório do Conselho Interino informa também que cada Comissão das forças de independência, estabelecidas nas vilas, tinha o próprio Trem, que fornecia os artigos para as tropas de seu distrito.

Para que os patriotas – amadores na profissão das armas – conseguissem enfrentar os veteranos soldados lusitanos em combate, foram adotadas inicialmente duas soluções simples: a primeira foi a de não se enfrentar as tropas de Madeira de Melo em campo aberto, os patriotas agindo como forças de guerrilhas, em incursões que negavam os recursos do recôncavo aos portugueses. Eram ações que incomodavam muito ao inimigo: como foi publicado em um manifesto de outubro de 1822: “Os baianos, senhor, os vencedores dos Batavos já estão livres. Preso o inimigo em suas trincheiras, não ousa avançar um passo, sem que receba das armas baianas a punição do seu tresloucado arrojo”. Forças de irregulares mantinham a pressão sobre o inimigo, algumas vezes chegando a se aproximar

das trincheiras de Salvador. No mar, foi improvisada uma flotilha de embarcações mercantes armadas, pequenos saveiros, sob o comando de João de Oliveira Botas, o “João das Botas”, que fazia uma guerra de guerrilha, aproveitando-se das pequenas dimensões dos barcos para navegarem em águas rasas, onde se protegiam dos navios portugueses, maiores, mas que não podiam se aproximar da costa.

Entretanto, enquanto os europeus mantivessem o controle das águas do Recôncavo, essas ações de guerrilha, tanto em terra como no mar, eram de pouca vantagem para o Brasil, pois os lusitanos sempre podiam ser abastecidos por via naval – em determinado momento, as forças navais disponíveis a Madeira de Melo constavam de uma nau, seis fragatas e quatro navios de guerra menores, coadjuvados por nove navios mercantes armados, tudo com 494 canhões e 3.650 marinheiros, uma força muito superior àquela que os patriotas baianos podiam improvisar.



Acervo da Biblioteca Nacional

“Soldier, “do Batalhão Provisório da Bahia” de Lady Maria Callcot



Domínio público

Saveiro junto ao forte de S. Lourenço

A segunda medida dos patriotas, adotada desde cedo no processo da Independência, foi a de se fortificar os pontos principais do Recôncavo, de modo que os soldados de milícia se sentissem mais seguros, protegidos por trincheiras. Foram feitas pelo menos 110 novas obras defensivas na região, como forma de reduzir a superioridade numérica e de meios dos lusitanos. Essas fortificações improvisadas, muitas vezes armadas com antigos e desgastados canhões que tinham sido abandonados nos engenhos depois das guerras holandesas (1624-1654), mantiveram constante e eficaz defesa contra as incursões da esquadra portuguesa.

Logo no início da rebelião, uma pequena trincheira com 12 homens foi erguida no Funil, um estreito ao sul da Ilha de Itaparica por onde passavam suprimentos para Salvador. Madeira de Melo mandou uma força de duas canhoneiras e 80 homens para atacar a posição em 29 de julho de 1822, mas o fogo dos atacantes atraiu moradores das vizinhanças, que reforçaram os 12 patriotas nas trincheiras, e todos juntos conseguiram repelir a incursão. Como foi escrito no relatório do Conselho Interino do Governo, foi ali que

“os pérfidos Lusitanos pela primeira vez conheceram o valor heroico dos baianos”.

A luta nessas trincheiras improvisadas foi muito intensa, apesar de pouco ser comentada nos livros de história: os portugueses fizeram pelo menos 23 ataques fracassados contra as trincheiras de patriotas, algumas das posições sendo investidas mais de uma vez. Destacam-se os casos da defesa das trincheiras do Saubara, atacadas duas vezes, entre os defensores das quais estava a heroína Maria Quitéria; a trincheira Maranhão, onde combateu o tenente João das Botas, que se juntara a guarnição da fortificação, lutando em terra; a bateria de São João de Manguinhos, que repeliu um ataque de 14 embarcações portuguesas ou as trincheiras do Porto Santos, onde depois de cinco horas de combate os patriotas repeliram um ataque de 17 embarcações portuguesas, armadas com no mínimo 47 canhões.

As duas medidas defensivas adotadas pelos baianos foram suficientes para conter as tropas europeias, a situação se alterando a partir da chegada de reforços enviados pelo Rio de Janeiro, compostos por uns poucos soldados profissionais, mas acompanhados de 34 oficiais que deveriam ser empregados na organização do Exército,



Fortificações no Recôncavo, 1823

sob o comando do general francês Pedro Labatut. Era a liderança profissional que faltava às improvisadas tropas baianas. No entanto, um desembarque na Bahia era impossível, de maneira que Labatut teve que, primeiro, obter o controle para as forças brasileiras das províncias de Alagoas e de Sergipe, então guarnecididas por elementos portugueses – uma operação importante, pois cortou o fornecimento de gado para os sitiados em Salvador. Labatut também obteve reforços em Pernambuco, um batalhão que marchou por terra para se juntar aos patriotas no Recôncavo.

Por sua vez, a situação dos portugueses não permaneceu inalterada, pois estes recebiam constantemente reforços de tropas fugidas de outras províncias do Brasil e de soldados vindos da Europa: no dia 31 de outubro, chegaram de Lisboa dois batalhões de infantaria, um corpo de artilharia e recrutas, comboiados por uma esquadra de dez navios.

Felizmente para a causa nacional, as forças portuguesas não fizeram um esforço concentrado para tentar derrotar no campo

de batalha as bisonhas tropas brasileiras, mantendo apenas uma política de incursões de pequeno porte: o que é erroneamente conhecido como o maior combate do conflito, a Batalha de Pirajá (8/11/1822), surgiu de uma dessas incursões, quando Madeira de Melo tentou tomar o engenho dos Cabritos, importante ponto no esquema defensivo brasileiro. A incursão foi baseada em complicado plano, com o desembarque de 250 homens na costa, que seriam apoiados por um ataque direto vindo das trincheiras da cidade. Durante o ataque, as trincheiras brasileiras foram reforçadas por um batalhão proveniente de Pernambuco, mas ainda assim as defesas começaram a se retrair, e as posições brasileiras estavam prestes a serem ocupadas, em razão da superioridade numérica lusitana.

Na Batalha de Pirajá, segundo corre a lenda, o comandante brasileiro, major José de Barros Falcão, teria ordenado a retirada para salvar suas forças da destruição. No entanto, o corneteiro Luís Lopes teria, de moto próprio, feito o toque “avançar cavalaria” e, depois, o temido toque “degola”. Os portugueses, dispersos no campo de batalha e incapazes de resistir a um ataque de cavalaria, optaram por recuar, cedendo a vitória aos brasileiros, que não tinham forças de cavalaria; a vitória foi obtida apenas pelo toque do corneteiro. Não foi uma grande vitória em termos de terreno conquistado ou de baixas causados ao inimigo – na verdade, foram muito poucos os mortos e feridos de ambos os lados – mas o sucesso das armas brasileiras teve importantíssimo papel psicológico na condução das operações, pois os soldados amadores das forças patriotas haviam conseguido derrotar os profissionais lusitanos.

Outra incursão levaria ao maior encontro da Guerra, a Batalha de Itaparica, quando nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 1823,

41 lanchões e outros barcos maiores portugueses tentaram desembarcar sem sucesso em Itaparica, nas três ocasiões repelidos pelas trincheiras brasileiras, apoiadas por algumas embarcações sob o comando de João das Botas. Foi uma relevante vitória moral: as baixas brasileiras foram desprezíveis, as portuguesas bem mais consideráveis – fala-se de 200 mortos e feridos – e mais uma vez o inimigo foi derrotado, dessa vez em um esforço considerável. Consistiu em um momento de orgulho para os nacionais, como aparece na proclamação emitida por Labatut, na qual ele escreveu:

No porvir vossos filhos, cheios de um nobre e bem entendido orgulho, indigitando Itaparica, dirão: — Ali meu avô, o bravo Lima, derrotou a esquadrilha dos vândalos Portugueses, que oprimiam nossa pátria-, acolá meu pai, o digno Brasileiro Galvão, perdeu uma mão. Quanto é bom e honroso deixar à nossa posteridade riqueza deste cunho, que o tempo não gasta, e a traça não consome?!"

Como parte das recompensas, Itaparica recebeu a primeira bandeira imperial enviada para a Bahia, içada no Forte de S. Lourenço.

A guerra continuou com as forças brasileiras apertando o sítio e as de Madeira de Melo basicamente inativas, a não ser por algumas pequenas incursões. Isso mesmo quando ambos os lados recebiam reforços: em março, chegou do Rio de Janeiro o Batalhão do Imperador; em abril, desembarcou em Salvador uma expedição composta de três batalhões de caçadores e dois de infantaria portuguesa, aumentando ainda mais a superioridade de tropas experimentadas disponíveis às de Madeira de Melo.

A situação da guerra mudou em abril com a chegada da frota brasileira que vinha

se organizando no Rio de Janeiro. Com menos navios e menor armamento do que os portugueses, o comando das unidades navais brasileiras tinha sido dado a oficiais com agressiva posição com relação à condução da guerra marítima, muito maior do que a dos portugueses, que aceitaram ceder o controle do mar. Isso condenou o esforço militar lusitano em Salvador, pois sem o controle das águas, não podiam receber reforços ou suprimentos, colocando-os em insustentável situação. Em 10 de maio, em uma tentativa de diminuir o número de pessoas que deviam ser sustentadas em Salvador, Madeira de Melo autorizou a saída de mulheres, velhos e meninos da cidade, 9.274 pessoas se aproveitando dessa autorização para irem para as linhas brasileiras. Na mesma época realizou-se uma avaliação sobre a situação dos suprimentos, constatando-se que havia comida para apenas mais 40 ou 50 dias.

É nessa situação que os portugueses abandonam a cidade no dia 2 de julho de 1823, e o exército pacificador entrou em Salvador, passando por um arco triunfal construído pelas religiosas do convento da Soledade.

Vale reproduzir as palavras do cronista Inácio Acioli sobre o desfile das tropas: a entrada na cidade foi precedida por um corpo de exploradores, que ocupou as trincheiras e prédios públicos, seguidos por um batalhão de baianos da guarnição que tinha defendido Itaparica; o batalhão do Imperador, vindo do Rio de Janeiro; o batalhão de Pernambuco, seguido de um grupo de “defensores da pátria, quase no estado de nudez, e descalços, apresentando gravado em si o cunho das privações sofridas na constância da campanha”. Fechando a coluna, os batalhões de Henriques e de Libertos “cujo valor muitas vezes reconheceu o mencionado Labatut”. As tropas eram



Bandeira Imperial

um microcosmo de uma nova nação que se formava, independente e diferente da que existia antes.

Para encerrar, deve-se declarar que o objetivo deste artigo não é tratar da Guerra de Independência na Bahia – livros inteiros podem – e devem – ser escritos sobre esse tema, pois foi uma campanha longa e de grande importância, pode-se afirmar que decisiva, para a Independência do Brasil. O que se enseja assegurar é que, fora da Bahia, o 2 de julho é praticamente desconhecido e ignorado. Mesmo naquele estado, o feriado já teve uma importância muito grande, bem maior do que a que apresenta atualmente, uma injustiça que pode ser corrigida.

Pessoas que lidam de forma amadora com a história às vezes imaginam que ela é “fixa”, “aconteceu” e “não muda”. Por esse modo de ver, seria possível ter um conhecimento do passado que fosse tão completo que restringiria a necessidade de se fazerem novas pesquisas – afinal para que estudar a história se já se sabe de “tudo” sobre ela?

Essa forma de ver a disciplina da história, como apresentada, é a de um amador, que pode ter conheci-

mento sobre o passado, mas que não comprehende como a história como matéria acadêmica é feita. Isso é muito significativo, pois ela é móvel, altera-se de acordo com o passar dos anos e como as pessoas a veem: fatos, acontecimentos e eventos aconteceram e, efetivamente, não mudam, mas é essencial ter em mente que a todo momento a sociedade está recriando seu passado. Isso é feito por uma seleção de fatos considerados como relevantes e de como são vistos e interpretados na contemporaneidade.



Monumento ao 2 de julho, Salvador

Tal questão da forma como se vê o passado é notável, pois a história é uma construção, feita por historiadores, políticos, professores, escritores e outros profissionais. Não é algo que se possa dizer que é “neutra”, pois procura atender às demandas do momento e daqueles que detêm os meios de dar publicidade ao que se escreve, muitas vezes com objetivos políticos, para se enfatizar uma interpretação, ao mesmo tempo que muitas vezes se esquece de outra menos conveniente em termos de determinada proposta política.

A Independência do Brasil, tal como é estudada nos bancos escolares, é um desses tipos de construção. Em meados do século XIX e no século XX, interessava às lideranças políticas do Brasil estabelecer uma continuidade, uma relação linear e direta do passado colonial com a contemporaneidade: o Brasil da atualidade era o resultado de uma evolução contínua e pacífica que vinha desde o mais remoto passado da nação, quando ainda era uma colônia de Portugal.

Para se atingir esse objetivo, de se criar uma linha contínua com o passado, a ideia de ruptura entre um sistema de exploração colonial e um de autonomia política foi relegada a um papel secundário, enfatizando-se a ação pacífica de algumas pessoas que simbolizavam a continuidade com o passado, em especial a figura do Imperador Pedro I. Essa proposta é tremendamente injusta, pois ignora que a Independência não foi um ato individual, foi conquistada com o sangue de patriotas, que se mostraram dispostos a lutar por aquilo que consideravam ser justo. Mesmo quando os fatos são lembrados, muitas vezes a ênfase que se dá a eles pode ser vista secundária ou até mesmo desrespeitosa: no Rio de Janeiro foi inaugurada uma estátua lembrando o corneteiro Luís Lopes, mas esta mostra o personagem todo “enrolado”, e o texto na

estátua coloca em dúvida se ele se enganou ao tocar “avançar cavalaria” e “degolar o inimigo”, dois toques, em vez do toque de retirada que havia recebido ordens para executá-lo. Uma maneira de diminuir o feito e a pessoa, ainda que sejam apenas parte da mitologia do conflito.

A partir de um ponto de vista, lembra-se de que a construção de um passado contínuo, sem conflitos e pacífico, não é uma que se sustente ao se ler a história do Brasil. Mais importante, a situação do país mudou muito ao longo dos anos, e não há mais necessidade de se reforçar certos estereótipos como forma de se obter a união nacional.

Agora, o bicentenário da Independência é uma oportunidade de resgatar a memória esquecida dos patriotas que deram seu sangue pela Independência do Brasil: a Marinha bem poderia batizar um navio com o nome de João das Botas, ou poderia realizar uma solenidade no Forte de S. Lourenço, lembrando o incidente de 10 de julho de 1822. O Exército poderia promover uma solenidade para lembrar os combates de 7 a 9 de janeiro de 1823, quando patriotas baianos repeliram o ataque a Itaparica. O governo da Bahia tem o costume de transferir a capital do Estado para a cidade de Cachoeira em 25 de junho, o dia da aclamação de D. Pedro. Pergunta-se: não seria bom lembrar a importância simbólica da cidade para a história do Brasil, com a transferência por um dia, da capital do Brasil para Cachoeira?

No desfile de 2 de julho em Salvador, acredita-se que deveriam participar contingentes de unidades do Rio de Janeiro, Pernambuco e de unidades do exército do interior da Bahia, para relembrar o papel de união nacional representado pelas forças que combateram pela Independência. Julga-se também que deveria ser lida uma

ordem do dia especial em 2 de julho, em todas as unidades das Forças Armadas, em todo o território nacional, rememorando ter sido na Bahia a origem de grande nação que é o Brasil hoje.

É crucial ter em mente que ainda há tempo de se fazerem atos memoráveis à Independência, não tendo como protagonista uma única pessoa, o Imperador nas margens do Ipiranga, mas recorde o resultado da ação coletiva de pessoas comuns, que se apresentaram como voluntárias, para a defesa de um conceito: o de uma nação livre e Independente.



O Corneteiro Luís Lopes, obra de Ique Woitschach, 2004

Adler Homero Fonseca de Castro



Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1990), mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1994) e doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Atualmente é pesquisador da Fundação Cultural Exército Brasileiro, pesquisador associado ao Centro de Estudo e Pesquisa em História Militar do Exército (CEPHIMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e assistente técnico em pesquisa do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, onde também atua

como professor do mestrado profissional do IPHAN, onde trabalhou com processos de tombamento, tratamento de coleções arqueológicas, fiscalização de atividades arqueológicas, inclusive subaquáticas, valoração de patrimônio ferroviário e outras tarefas do Instituto. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: história militar, Brasil - história, cultura material, patrimônio histórico e ciência militar. Autor de vários artigos sobre história militar, bem como a série de livros “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro”, publicados pela FUNCEB.

Consórcio

Planejamento facilitado para
aquisição de bens e serviços

Imóvel,
carro, moto e
serviços de
qualquer
natureza.

Excelente taxa
de administração
e alto índice de
contemplação.

Conheça o consórcio
com mais detalhes.



FHE POUPEX

poupex.com.br
0800 081 3040

1º Regimento de Cavalaria de Guardas



Acervo do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

“Dragões da Independência”

Guilherme Santana Ebre

DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

Crêa uma Guarda Real para o serviço do Príncipe Regente.

Attendendo a algumas razões muito dignas da minha real consideração, tecpcionadas pela falta de me ter acompanhado uma parte dos soldados da minha guarda, que costumavam assistir-me em todas as jornadas: sou servido ordenar ao Marquez de Bellas, Capitão de uma das duas Companhias portuguezas, nomeie 1 sargento, 3 cabos e 21 soldados, que hajam de ser divididos em 3 esquadras, cada uma de 7 homens e 1 cabo, para se ocuparem na assistencia da sala e serviço geral, como ora costume. Outrosim sou servido que o Tenente da Guarda José Maria Raposo, que se acha neste Corte, continue no seu exercicio, vendendo o ordenado que já tinha, além de outra qualquer mercé que for servido fazer-lhe para sua subsistencia. O Sargento vencerá a quantia de 180 réis em cada um dia, os Cabos 150, e os Soldados 120, o pifano 120, e o tambor 120. O mesmo Marquez de Bellas nomeará Escrivão e Thesoureiro, que vencerão de ordenado por anno, cada um deles, 150\$000, além dos emolumentos que pertençerem ao Escrivão; ficando por ora suprimidos os mais Ofícios de Apontador, Capellão, Cirurgião e Médico, enquanto eu não mandar o contrario. D. Fernando José de Portugal, do meu

Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete e Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar, não obstante quaequer Leis, Regimentos, ou disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1808.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Decreto de criação do
1º Regimento de
Cavalaria de Guardas

Origem e criação

O 1º Regimento de Cavalaria de Guardas – Dragões da Independência – é a mais antiga Organização Militar da Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro. A sua criação data de 13 de maio de 1808, aniversário do Príncipe Regente Dom João, logo após a chegada da família real ao Brasil, com a missão de prover a segurança da corte. O Regimento possui as suas origens nos Dragões das Minas Gerais, companhias responsáveis pela segurança do fluxo do ouro das minas para o Rio de Janeiro, a partir do início do século XVIII; e no Esquadrão da Guarda dos Vice-Reis. O Alferes Joaquim José da Silva Xavier - Tiradentes, chegou a integrar uma das companhias que deram origem aos Dragões.

Participação nos principais fatos históricos do País

Ao longo da sua existência, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas participou dos principais fatos históricos do País, com destaque para a Declaração da Independência, a Guerra da Cisplatina e a Proclamação da República, dentre tantos outros.

No dia 7 de setembro de 2022, o Príncipe Dom Pedro, em viagem de regresso de São Paulo para a Corte, alcançou o sítio às margens do riacho do Ipiranga, local onde chegara para pernoitar, escoltado pela sua Guarda de Honra, militares oriundos do 1º Regimento de Cavalaria e denominados “Dragões” nos relatos do padre Belchior, conselheiro pessoal de Dom Pedro, que o acompanhava na viagem. Após ter



"O Grito do Ipiranga" – obra de Pedro Américo, 1888

tomado conhecimento do teor das cartas provenientes das Cortes portuguesas, as quais exigiam o seu retorno imediato para Portugal, o Príncipe desembainhou a sua espada e bradou: “*Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil!*”, tendo sido saudado por eloquentes brados de apoio dos integrantes da sua guarda de Dragões.

No ano de 1825, em virtude da incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata, o governo brasileiro declarou guerra à República Argentina. Antes mesmo da declaração de guerra, o 1º Regimento de Cavalaria iniciou seu deslocamento para o sul do País, a fim de integrar o Exército do Sul. Após um duro e prolongado período de preparação, o Exército, sob o comando do Marquês de Barbacena, pôs-se em marcha para o combate e, no dia 20 de fevereiro, estabeleceu contato com o inimigo no Passo do Rosário, nas proximidades do rio Santa Maria. Subordinado à 1ª Brigada de Cavalaria, o Regimento tinha por missão a defesa do flanco direito e da Artilharia, da qual era integrante o então Tenente Emílio Luiz Mallet. Após dois ataques sem sucesso, o Exército foi contra-atacado pelo inimigo.

Apesar da dura refrega, os Dragões asseguraram a retaguarda da força durante o retraimento e a integridade da Artilharia, sofrendo mais de 100 baixas. O Marquês de Barbacena, em carta ao Imperador e no boletim do Quartel-Mestre, afirmou que “*o 1º Regimento de Cavalaria cobriu a retaguarda da marcha sem nunca voltar a cara ao inimigo.*”

No dia 20 de fevereiro de 1926, foi inaugurado um monumento em frente ao quartel do Regimento, no Rio de Janeiro, em homenagem aos bravos Dragões que tombaram no Passo do Rosário, no comando interino do então Major José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. No ano de 1971, o monumento foi transferido para Brasília e se encontra eternizado em frente ao atual aquartelamento, onde, anualmente, os heróis do Passo do Rosário são homenageados pelos Dragões de hoje.

Por ocasião da proclamação da República, comandava o 1º Regimento de Cavalaria o Coronel João Batista da Silva Teles. Na manhã do dia 15 de novembro de 1889, o Regimento marchou na vanguarda da 2ª Brigada em direção ao Campo de Santana. O Marechal Deodoro da Fonseca, superando um problema de saúde pelo qual pas-



Acevdo do 1º RCGd

Monumento em homenagem aos bravos da Batalha do Passo do Rosário em Brasília/DF

sava, juntou-se às tropas montado em um cavalo baio de número 6, que lhe foi oferecido pelo Alferes Eduardo José Barbosa Júnior, do 1º Regimento de Cavalaria, e de sobre o qual liderou todas as ações que culminaram no fim do Império. Atualmente, a montada do Comandante do Regimento é um cavalo de pelagem baia e de número 6, em homenagem à marcante presença dos Dragões do passado, homens e cavalos, no alvorecer da República do Brasil.

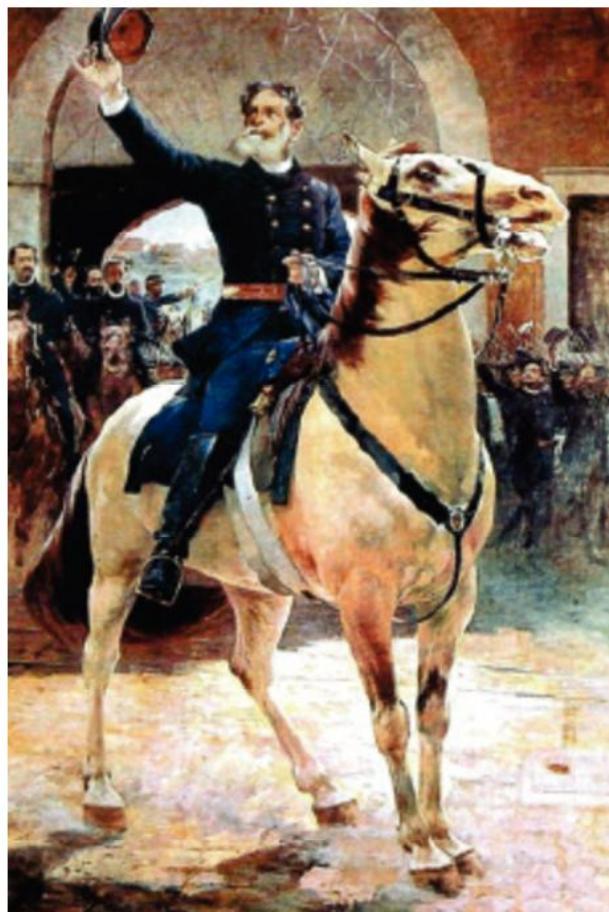
O uniforme histórico e o carrossel militar

O uniforme histórico dos Dragões da Independência foi criado pelo artista francês Jean Baptiste Debret, que buscou inspiração nos Dragões austriacos, por ser a Imperatriz Maria Leopoldina Arquiduquesa d'Austria.

No ano de 1926, foi realizado o resgate do uniforme histórico do Regimento, no comando do Coronel Euclides Oliveira Figueiredo, tendo sido realizado, naquele ano, o primeiro desfile da tropa com o uniforme da Imperial Guarda de Honra.

O capacete dourado é revestido de metal em escamas, ostentando na cimeira o Dragão heráldico da Casa de Bragança, do interior de cujas asas se desenvolve uma crina de cor preta. Atualmente, o comandante usa o penacho branco, os oficiais o amarelo, as praças o vermelho e a fanfarra e clarins o verde.

O carrossel militar é uma das tradições mais características dos Dragões da Independência. A ideia de sua criação foi apresentada, no ano de 1938, pelo então Capitão Carlos Flores de Paiva Chaves, que acabara de cursar a Escola de Saumur, na França. Os militares do Regimento, montados a cavalo, empunham lanças e bandeiras, executando sucessivas e dinâmicas figuras que denotam a destreza e a uniformidade da tropa, e culminando com a carga de cavalaria, ápice da apresentação que mantém viva a memória das heroicas cargas da Arma de Cavalaria.



Acevdo da Academia Militar das Agulhas Negras

Marechal Deodoro da Fonseca montado no cavalo baio 6 do 1º Regimento de Cavalaria - "A Proclamação da República", Henrique Bernardelli, 1891



Uniforme histórico
dos Dragões da
Independência

Os Dragões nos dias atuais

Atualmente, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas é constituído por um Esquadrão de Choque hipomóvel, um Esquadrão de Cerimonial hipomóvel, um Esquadrão de Cerimonial a pé, um Esquadrão de Comando e Apoio e pelo Centro Hípico Dragões da Independência. O Regimento tem sido empregado nas vertentes operacional, de ceremonial, de guarda das instalações das mais altas autoridades do País e esportiva equestre, subordinado ao Comando Militar do Planalto.

No corrente ano, de comemoração do Bicentenário da Independência, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas se encontra realizando uma série de atividades comemorativas, com o objetivo de manter viva a história desta secular unidade de Cavalaria do Exército Brasileiro, que esteve presente no “Grito do Ipiranga”. Ademais, continua honrando a memória dos Dragões do passado, cumprindo sua missão institucional sob o mesmo lema: Dragão, cumpre o teu dever, aconteça o que acontecer!

**Dragão, cumpre o teu dever,
aconteça o que acontecer!**

Carrossel militar
dos Dragões
da Independência



Acervo do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas

Dragões da
Independência
nos dias atuais



Acervo do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas



O Tenente-Coronel Guilherme Santana Ebre é o atual comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. É Oficial da Arma de Cavalaria, da Turma de 1999. Dentre outros cursos e estágios realizados, é instrutor de equitação do Exército. Cursou o Maneuver Captain's Career Course, no Fort Benning, EUA, e o Curso de Estado-Maior Conjunto, na Escola de Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru.

Referências bibliográficas

1. FILHO, Tomás de Aquino. Dragões da Independência: Tradição e História. Edição revista e ampliada. Brasília: Ed. do Autor, 2006.
2. CUNHA, Andréa Karla da. Fardas brancas na arena: um estudo interdisciplinar do uniforme histórico dos dragões da independência sob a luz da cultura visual. Universidade Federal de Goiás. 2015.
3. Histórico, missão e estrutura do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Disponível em: <http://www.1rcg.eb.mil.br>



NOSSO PORTFÓLIO

- Empreendimentos residenciais
- Crédito imobiliário
- Consórcio
- Crédito pessoal
- Poupança POUPEX
- Seguros
- Plano odontológico



NOSSA MISSÃO

Promover e facilitar o acesso
à casa própria e contribuir
para a melhoria da qualidade
de vida de seus Beneficiários
e Associados.

FHE **POUPEX**

poupex.com.br

